



Garantias financeiras no setor segurador

André Manuel Neves dos Santos

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2013

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



Garantias financeiras no setor segurador

André Manuel Neves dos Santos

Dissertação de Mestrado

**apresentado ao Instituto de Contabilidade e
Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação de
Mestre Armindo Licínio da Silva Macedo**

Porto – 2013

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo:

A atividade seguradora distingue-se das restantes atividades, em parte, pelo seu ciclo operacional invertido, isto é, os seguradores em primeiro lugar recebem dos seus clientes os prémios e só posteriormente, quando ocorrem sinistros, poderão incorrer em custos, pelo que, por esse facto, é natural que acumulem elevados capitais. Desta forma, o Instituto de Seguros de Portugal, entidade reguladora da atividade seguradora, entendeu por bem, limitar a utilização desses capitais detidos, obrigando a que os seguradores prestem, com vista à segurança de todos os interessados, um conjunto de garantias, denominadas de garantias financeiras. As garantias financeiras, de constituição obrigatória pelos seguradores com atividade em Portugal, calculadas essencialmente com base num conjunto de provisões específicas, têm por imposição legal estar representadas por uma carteira de ativos financeiros, com o intuito de garantir que os seguradores disponham a qualquer momento, de ativos suficientes para cobrir as responsabilidades assumidas decorrentes da sua atividade.

A presente dissertação procura assim abordar alguns aspetos da atividade seguradora, em especial as garantias financeiras, procurando verificar se as garantias constituídas cumprem as regras impostas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Para tal analisaremos as garantias financeiras constituídas em cinco seguradores no período de 2009 a 2011.

A importância da atividade seguradora, tanto na vertente económica como social, aliado ao facto de pessoalmente exercer a atividade de mediador de seguros desde há sete anos, levaram-me à escolha deste tema para a realização da dissertação no âmbito do Mestrado de Contabilidade e Finanças. Este trabalho tem como principais destinatários profissionais de seguros, estudantes que frequentem unidades curriculares relacionadas com atividade seguradora ou similares ou leitores que tenham gosto por esta atividade.

Palavras chave:

Actividade Seguradora, garantias financeiras, activos financeiros, supervisão.

Abstract:

The insurance business differs from the remaining activities, in part, by its reversed operating cycle, in other words, insurance companies first receive from their customers and only then, they provide the contracted service, so therefore, it is natural that insurance companies accumulate high capitals. Thus, the Insurance Institute of Portugal, regulator of the insurance activity, decided to limit the use of such capitals by requiring that insurance companies constitute guarantees, called financial guarantees. Financial guarantees are essentially calculated based on a set of provisions, that must be represented by a portfolio of financial assets, in order to ensure that insurance companies will have, at anytime, sufficient assets to cover their liabilities assumed from their activity.

This dissertation approach some aspects of the insurance business, especially the financial guarantees, seeking to verify whether the guarantees constituted comply with the rules imposed by the Insurance Institute of Portugal. For this, we decided to analyze the financial guarantees constituted by five insurance companies between 2009 and 2011.

The importance of insurance activity, both on the economic and social aspects, and by the fact that personally I pursue the activity of insurance intermediary for seven years, led me to choose this topic for the completion of the dissertation within the Master of Accounting and Finance. This work is primarily aimed at insurance professionals, students attending courses related to insurance business or similar or readers who likes this activity.

Key words:

Insurance Business, Financial guarantees, Financial Assets and Supervision

Dedicatória

À minha Família, Namorada e Amigos

Agradecimentos

À minha namorada, Tânia Sousa, por todo companheirismo e ajuda na minha vida pessoal e acadêmica.

Aos meus pais, Serafim Santos e Flora Neves, por todo o apoio financeiro e logístico, e sobre tudo, pela educação e valores transmitidos.

As minhas irmãs, Juliana Santos e Beatriz Santos, pela alegria que sempre encontrei em vocês.

Ao meu orientador, Mestre Armindo Macedo, por todo o apoio e ajuda prestada na realização da dissertação.

Ao meu grande amigo Vítor Moreira, pela ajuda na realização do *abstract*.

Lista de Abreviaturas

ANPC – Associação Nacional de Pessoas Coletivas

CRC – Certificado Responsabilidade Civil

FAT – Fundo Acidentes de Trabalho

FGA – Fundo de Garantia Automóvel

IBNR – Incurred But Not Reported

IFADAP - Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

IFRS – International Financial Reporting Standards

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica

ISP – Instituto de Seguros de Portugal

LPS – Livre Prestação de Serviços

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

RGICSF - Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

UE – União Europeia

Índice Geral

<i>Introdução</i>	2
<i>Capítulo I - Introdução à Atividade Seguradora</i>	5
1.1. <i>Origem e evolução</i>	6
1.2. <i>Atualidade do Setor Segurador</i>	8
1.3. <i>Importância da Atividade Seguradora</i>	9
1.4. <i>Contrato de Seguro</i>	11
1.4.1. <i>Risco</i>	14
1.4.2. <i>Prémio</i>	17
1.4.3. <i>Sinistros</i>	19
1.4.4. <i>Indemnização</i>	20
1.5. <i>Direitos e obrigações</i>	22
1.6. <i>Tipos de seguros</i>	22
1.6.1. <i>Seguro «Vida» e Seguro «Não Vida»</i>	22
1.6.2. <i>Seguro Direto vs. Resseguro</i>	24
1.7. <i>Ciclo de Operacional Invertido</i>	26
<i>Capítulo II – Garantias Financeiras</i>	27
2.1. <i>Provisões técnicas</i>	28
2.1.1. <i>Provisão para prémios não adquiridos</i>	29
2.1.2. <i>Provisão para riscos em curso</i>	30
2.1.3. <i>Provisão para sinistros</i>	31
2.1.3.1. <i>Provisão para sinistros já declarados</i>	32
2.1.3.2. <i>Provisão para sinistros ocorridos mas não declarados (IBNR)</i>	32
2.1.4. <i>Provisão para participação nos resultados</i>	33
2.1.5. <i>Provisão de Seguros e Operações do ramo «Vida»</i>	34
2.1.5.1. <i>Provisão matemática</i>	35
2.1.5.2. <i>Provisão de seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro</i>	36
2.1.5.3. <i>Provisão para compromissos de taxa</i>	36
2.1.5.4. <i>Provisão para estabilização de carteira</i>	37
2.1.6. <i>Provisão para envelhecimento</i>	37
2.1.7. <i>Provisão para desvios de sinistralidade</i>	37
2.1.8. <i>Caucionamento e representação das provisões técnicas</i>	39
2.1.9. <i>Regras relativas à representação/caucionamento das provisões técnicas</i>	39
2.1.10. <i>Políticas de investimento</i>	40

2.2. Margem de Solvência e Fundo de Garantia	49
2.2.1. Margem de Solvência	49
2.2.2. Fundo de garantia	55
2.3. Supervisão da Atividade Seguradora	56
2.3.1. Instituto de Seguros de Portugal	57
2.3.2. Supervisão – Garantias Financeiras	57
2.3.3. Insuficiência Financeira	58
2.3.4. Insuficiência de garantias financeiras	59
Capítulo III Estudo empírico – Margem de Solvência	60
3.1. Estudo empírico – Margem de Solvência Disponível vs. Margem de Solvência Exigida	61
3.1.1. Análise da amostra	61
3.1.2. Cálculo da Margem de Solvência Constituída	64
3.1.3. Margem de Solvência exigida e Margem de Cobertura	70
3.1.4. Análise Global da Margem de Cobertura	73
3.1.5. Análise da Margem de Cobertura vs. Indicadores em 2011	74
Capítulo IV - Conclusão	77
Referências bibliográficas	80
Anexos	78
Anexo I – Estudo Instituto de Seguros de Portugal – Estatísticas de Seguros – Mercado 2011	78
Anexo II – Cálculo da Margem de Solvência «Não Vida» e «Vida»	83

Índice de Quadros

Quadro 1 - Esquema dos contratos de Seguro Direto e de Resseguro.....	25
Quadro 2 – Indicadores de Mercado – Ano 2011	63
Quadro 3 – Cálculo da Margem de Solvência Disponível.....	64
Quadro 4 – Cálculo Margem de Solvência Disponível – AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.	65
Quadro 5 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.	66
Quadro 6 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.....	67
Quadro 7 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Liberty Seguros, S.A.	68
Quadro 8 – Cálculo da Margem de Solvência Disponível – Império Bonança Companhia de Seguros, S.A.	69
Quadro 9 – Cálculo da Margem de Cobertura – AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.	70
Quadro 10 - Cálculo da Margem de Cobertura – Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.	70
Quadro 11 - Cálculo da Margem de Cobertura – Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.	71
Quadro 12 - Cálculo da Margem de Cobertura – Liberty Seguros, S.A.	71
Quadro 13 - Cálculo da Margem de Cobertura – Império Bonança Companhia de Seguros, S.A.	71
Quadro 14 – Cálculo da Margem Solvência Disponível e Margem de Cobertura - Amostra	73
Quadro 15 – Margem de Cobertura vs. Número Médio de Trabalhadores.....	74
Quadro 16 – Margem de Cobertura vs. Provisões Técnicas Brutas.....	74
Quadro 17 – Margem de Cobertura vs. Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto – Atividade em Portugal.....	75
Quadro 18 – Margem de Cobertura vs. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro.....	75
Quadro 19 – Margem de Cobertura vs. Quota de Mercado (Seguro Direto – Atividade em Portugal).....	75

Introdução

A economia mundial, durante o ano económico de 2011, apresentou uma diminuição de crescimento na ordem dos 4%, fruto essencialmente da instabilidade dos mercados financeiros, tendo mesmo no caso português, existido um decréscimo de 1,6%. Vivemos tempos de grande desconfiança financeira, que se reflete indiscutivelmente na vontade dos investidores, assim como, no valor a que estes estão dispostos a arriscar. Deste modo, pela lei da oferta e da procura, é natural que o valor dos investimentos e dos ativos financeiros, por reflexo do justo valor dos ativos, tenham reduzido drasticamente, provocando elevadas perdas nas demonstrações financeiras das empresas.

Conforme iremos verificar, pelo facto de os seguradores conterem um ciclo operacional invertido, dado que primeiramente recebem o prémio (receita) e só posteriormente poderão incorrer em custos, em caso de ocorrência de sinistros (despesa), acumulam em si, grande quantidades de capitais, que, por imposição legal, estão obrigados a aplicar em diversos tipos de investimentos, nomeadamente financeiros, que servirão como garantia para os compromissos assumidos pela via da sua atividade. Assim, a diminuição do justo valor destes ativos, que representam ou caucionam um conjunto de garantias, denominadas de garantias financeiras, constituídas por provisões técnicas, pela margem de solvência e pelo fundo de garantia, irá certamente dificultar o trabalho dos seguradores no cumprimento da legislação.

Desta forma, é nossa intenção pela presente dissertação, realizada para conclusão do Mestrado em Contabilidade e Finanças, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, que tem como tema as Garantias Financeiras no Setor Segurador, verificar o impacto da nova realidade financeira nas garantias financeiras, em especial, na margem de solvência. O trabalho está dividido em quatro grandes capítulos, nomeadamente, o Capítulo I – Introdução à atividade seguradora, o Capítulo II – Garantias Financeiras, Capítulo III – Estudo empírico – Margem de Solvência e Capítulo IV – Conclusão.

No “Capítulo I, Introdução à Atividade Seguradora”, abordaremos temas como a origem da atividade seguradora, que segundo alguns autores, como Estrela, M. (2002), surgiu na antiguidade, onde os Fenícios promoveram a criação de uma associação que restituía uma nova embarcação aos mercadores que perdessem a sua, nas tempestades que tinham que ultrapassar nas difíceis viagens. Analisaremos também a evolução da atividade seguradora desde a sua origem até aos dias de hoje, procurando abordar todas as fases do seu desenvolvimento. Abordaremos também a importância da atividade seguradora de grande relevância no quotidiano das pessoas e das empresas, quer na vertente pessoal e social quer na

vertente financeira, pois na opinião de alguns autores, é possível apontar como principais funções do seguro, a conservação do património, a possibilidade de aforro, a estabilização social e ainda a acumulação de grandes investimentos (Lozano, A., 2001). Neste trabalho, abordaremos também, no âmbito da introdução à atividade seguradora, o contrato de seguro, e os seus elementos materiais, como sejam, o risco, o prémio, o sinistro e a indemnização. Ainda no Capítulo I, analisaremos os direitos e obrigações, quer dos seguradores quer dos segurados, assim como os diversos tipos de seguros, nomeadamente o seguro «Vida», «Não Vida», e os negócios de seguro direto e resseguro.

No que diz respeito ao ciclo operacional dos seguradores, verificaremos que se trata de um ciclo operacional invertido, pelo facto de os seguradores receberem os prémios antecipadamente, no início do contrato. Este procedimento poderia causar alguma desconfiança no setor, tendo em conta a possibilidade de má administração desse capital, e por esse motivo, como forma de gerir e controlar os capitais acumulados detidos pelos seguradores, surgem as garantias financeiras, tema que analisaremos no Capítulo II. Segundo Barroso M. (1998, pág.19), “as garantias financeiras a apresentar por cada empresa de seguros relativamente à atividade desenvolvida refere-se, nomeadamente, à constituição de provisões técnicas e a sua representação por ativos de acordo com as regras estabelecidas e ainda a existência de uma margem de solvência e de fundo de garantia, parte integrante da margem”. Deste modo, no Capítulo II, abordaremos os diversos tipos de provisões técnicas, nomeadamente provisões para prémios não adquiridos, provisão para riscos em curso, provisão para sinistros, provisão para participação em resultados, provisão de seguros e operações do ramo «Vida», provisão para envelhecimento e provisão para desvios de sinistralidade. Ainda no Capítulo II, e porque as provisões técnicas, devem ser representadas com uma carteira de ativos financeiros e imobiliários (Silva, C.,2000), analisaremos as formas e regras de representação das provisões técnicas, assim como método de supervisão utilizado pelo órgão regulador, o ISP.

No terceiro capítulo, apresentaremos um caso prático, com vista à análise da questão de partida para a dissertação, isto é, a verificação do cumprimento dos requisitos legalmente exigíveis à luz do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, no que respeita às garantias financeiras a apresentar pelos seguradores, em especial, no que respeita à margem de solvência, sendo que, as conclusões obtidas serão apresentadas e tratadas no capítulo IV.

Capitulo I - Introdução à Atividade Seguradora

1.1. Origem e evolução

A atividade seguradora, surge desde muito cedo, associada às primeiras civilizações. Segundo Estrela, M. (2002, pág. 19), “sentir-se segurança é uma condição inerente a qualquer ser e, no caso do homem, esta necessidade tem o tempo da memória”. Pedro, J. (2011), afirma que a história dos seguros, confunde-se com a história económica da humanidade, pelo que, os primeiros sinais da atividade seguradora surgem associados ao desenvolvimento de práticas mercantis.

Na verdade, desde sempre a partilha da ajuda mútua foi, ainda que de forma antiqua, utilizada pelos primeiros povos, como por exemplo, no caso do Fenícios, que promoviam a criação de associações que indemnizavam com uma nova embarcação, os mercadores que perdessem a sua devido a uma tempestade. Também, na antiga Grécia, os Atenienses calculavam um prémio de risco sobre as mercadorias que transportavam, de acordo com a segurança do navio, e o destino que pretendiam tomar (Estrela, M.,2002). Ainda segundo Estrela, M. (2002, pág. 19), “os romanos não só adaptaram a prática dos gregos, como a aperfeiçoaram, basta recordar o *Nautilus Phoenus* romano, em que o proprietário ou armador de um navio, recebia de empréstimo, geralmente de um banqueiro, uma quantia igual ao valor das mercadorias transportadas, devendo no entanto, o capital mutuado, ser restituído com um acréscimo que poderia atingir os 15%, quando o navio chegasse a salvo ao destino. Em caso de naufrágio, nada era restituído”. No entanto, para alguns autores, como Martinez P (1961; citado por Santos, J.,2007, pág. 15), “não é possível estabelecer com precisão a origem do seguro, se não a partir do momento em que ele foi regulamentado por normas específicas”. Assim com crescente desenvolvimento mercantil na Europa, surge o primeiro contrato de seguro, associado a atividade marítima realizado por mercadores italianos em Génova, no ano de 1347. Para Martinez, J, (1961; citado por Santos, J.,2007, pág. 15) “é de querer que à medida que as sociedades humanas se iam desenvolvendo, o espírito de solidariedade fosse paralelamente progredindo. O que parece certo é que os seguros que em primeiro lugar mereceram as atenções dos legisladores foram os seguros marítimos (..)”. No entanto, só apenas no início do séc. XVIII, com o desenvolvimento industrial em Inglaterra, é que o contrato de seguro ganha a notoriedade e formatação de acordo com o que conhecemos nos dias de hoje. Se alguns dos ramos, como o marítimo, surgiram bastante cedo, outros como o caso do seguro de acidentes de trabalho conforme o conhecemos, isto é, baseado no princípio do risco profissional, apenas surgiu no século XX, pois até essa data, em caso de sinistro a responsabilidade era atribuída em função da culpa. Segundo Santos, J. (2007, pág. 17), outros ramos apenas surgiram mais tarde

devido à evolução natural, como o caso do seguro automóvel e do seguro aéreo, que apenas surgiu com o aparecimento dos veículos terrestre e aéreos respetivamente. “Durante a primeira metade já decorrida do século XX a indústria de seguros tem realizado em todo o mundo o seu pleno desenvolvimento e em todos os países está regulamentada por leis especiais que muito têm contribuído para a confiança que hoje inspiram todos as empresas seguradores, qualquer que seja a sua forma de constituição”.

Em Portugal, a atividade seguradora, surge pela primeira vez no reinado de D. Dinis, que por carta régia de maio de 1293, aprovou a criação de uma Sociedade de Mercadores Portugueses, cujo objetivo da sociedade era de indemnizar os seus associados no estrangeiro dos prejuízos resultantes dos acidentes ocorridos. Já no reinado de D. Fernando, com a publicação da carta de 1375, o seguro marítimo tornou-se obrigatório sobre forma de mutualidade, para todos os navios com mais de cinquenta toneladas existentes no reino. O primeiro organismo regulador da atividade seguradora em Portugal, surge no séc. XVI, a Casa dos Seguros, cuja atividade era de regulação tanto da atividade seguradora como da resolução de sinistros, através da definição de regras contratuais. Segundo Santos, J. (2007), foi no reinado de D. Luís I, que foi aprovada por Carta de Lei de 28 de junho de 1888 o Código Comercial Português, conhecido por Código Veiga Beirão, onde era tratada toda a dinâmica da atividade seguradora. No “Livro Segundo – Dos Contractos Especiais do Comercio” no “Titulo XV – Dos Seguros”, no “Capitulo II”, no “Livro Terceiro – Do Comercio Marítimo” foram tratadas matérias como, disposições gerais, dos seguros contra riscos, seguros de vida, seguros de fogo, seguros de colheita e seguros de transporte por terra, canais ou rios e seguros contra os riscos de mar. No reinado de D. Carlos I, foi aprovado em conselho de ministros, as condições para o exercício da atividade seguradora em Portugal (Santos, 2007). As primeiras companhias de seguros Portuguesas surgiram no século XVIII, sendo a Companhia Permanente de Seguros de Lisboa em 1791, a Policarpo e Quintela, em 1798, e a Caldas, Machet, Gildemeister Dlz e C^a em 1972. (Rocha, A., 197-). Atualmente, existem em Portugal mais de quinhentos seguradores em atividade, alguns com sede em Portugal, outros com sede dentro da UE, e ainda seguradores cuja sede consta fora do espaço Europeu.

1.2. Atualidade do Setor Segurador

Atualmente, conforme verificamos existem inúmeros seguradores em atividade em Portugal. Segundo Pedro J. (2011, pág. 21), as companhias de seguros têm abordagens diferentes no mercado, “será possível diferenciar algumas, cujo dinamismo assenta na agressividade comercial, doutras que perseguem o objetivo inovação e que surgem ou com “novos” produtos ou com “velhos” produtos mas com nova roupagem”. Segundo informação obtida no sítio do ISP (2013), é possível verificar que, existem quinhentos e oitenta e seis seguradores registados nesta instituição de supervisão da atividade seguradora, dos quais quarenta e três são sociedades anónimas de direito Português, sendo que destes últimos, catorze exploram o ramo «Vida», vinte e um o ramo «Não Vida», sete exploram os dois ramos e um explora apenas o resseguro. No mesmo sítio é possível verificar que existem trinta e cinco seguradores estrangeiros, dos quais trinta e quatro têm sede dentro da UE e apenas um, tem sede fora da UE, sendo que este último explora os dois ramos. A grande fatia dos seguradores com atividade em Portugal, diz respeito seguradores em regime de LPS., isto é, em Livre Prestação de Serviços, o que significa que têm possibilidade de ter acesso a qualquer mercado comunitário, bastando que para isso o seu estabelecimento esteja situado no território de um dos estados membros. Assim, estes seguradores, que têm sede num dos estados membros, colocam sucursais em Portugal, atuando aí como segurador. Ainda no mesmo estudo é possível verificar que o número médio de trabalhadores é de 9.849 pessoas, pelo que é possível concluir que se trata de uma atividade bastante empreendedora.

Segundo o estudo realizado pelo ISP (2011) sobre “estatísticas de seguros – mercado” relativamente ao ano de 2011 (ver anexo I) é possível verificar que a atividade seguradora se desenvolve essencialmente nos dois grandes centros metropolitanos nacionais, Porto e Lisboa. É também possível verificar que do total de mediadores a exercer atividade em Portugal, se destacam os agentes registados como pessoa coletiva, 11.599 e os mediadores de seguros ligados do tipo 1, 11.520, que absorvem 90% do total de 25.397 mediadores. Do mesmo estudo, é possível verificar que o total das remunerações dos agentes de seguros atinge o valor de € 740.436.000. Relativamente ao número de apólices emitidas, destacam-se no ramo «Não Vida», os seguros associados direta e indiretamente ao ramo automóvel, como os seguros de responsabilidade civil (4.689.545), ocupantes (3.790.995) e assistência (2.012.702). No que respeita ao ramo «Vida», destacam-se os seguros de Vida não ligados (2.897.196). Nota-se, pela análise do mesmo estudo, uma tendência crescente para o uso de novas tecnologias,

aquando da escolha ou realização de um seguro, sendo que, por exemplo o caso do ramo automóvel, 5,5% dos clientes recorrem a telefone ou internet para fazerem o seu seguro.

Relativamente, ao número de seguradores nacionais a operar no estrangeiro, em 2011, existiam três em Espanha, dois em França, um no Luxemburgo e um em Macau. Já no que respeita ao número de seguradores estrangeiros a laborar em Portugal, o número quase quadruplica, pois em 2011, existiam trinta e seis empresas estrangeiras autorizadas a operar em Portugal, sendo catorze espanholas, uma americana, sete francesas, uma belga, uma irlandesa, uma italiana e nove do reino unido.

Por fim, relativamente aos seguros explorados, verifica-se que se destacam três ramos, nomeadamente o ramo de doença, o ramo automóvel e associado a este, o ramo de assistência, existindo dezanove, vinte e dezoito seguradores a explorar estes ramos respetivamente.

1.3. Importância da Atividade Seguradora

Embora tradicionalmente, a atividade seguradora esteja associada de uma forma ampla, essencialmente à prestação de um serviço garantia de riscos, na verdade, a atividade seguradora tem muitas outras funções. A instituição seguradora pode ser definida como conjunto de iniciativas socioeconómicas com o objetivo de compensar riscos inerentes (A. Lozano, 2001), funcionando como um equilíbrio entre o risco e a segurança, no entanto, como veremos a atividade seguradora tem funções bastante importantes em outras áreas, como sejam a poupança e o investimento.

Segundo Pedro, J., (2011, pág. 25), “qualquer ação humana surge como resposta à satisfação de necessidades, e é sabido que os receios e os temores, fundamentados ou não, sempre acompanharam o homem”, isto é, a atividade seguradora surge como uma satisfação de uma necessidade básica que desde sempre o homem sentiu necessidade de colmatar. “A necessidade de segurança pode, pois, considerar-se uma necessidade básica dentro da hierarquia das várias necessidades que, segundo ABRANHAM MASLOW (in Teoria Geral de Seguros) e a sua pirâmide, se sistematizam em cinco níveis. Na base desta pirâmide, isto é, no primeiro nível, situar-se-ão as necessidades primárias ou fisiológicas, tais como a alimentação, a reprodução, a respiração e o calor, entre outras, correspondendo ao segundo nível as necessidades psicológicas. Ao terceiro nível cabem as sociais, ao quarto, o ego e, ao quinto nível, as de auto-realização. Sendo pacificamente assumido que o homem tente a satisfazer primeiro as necessidades de nível mais básico, a necessidade de segurança (...)” esta “(...) ao

situar-se na base das necessidades psicológicas, demonstra bem a sua importância.” (Pedro, J., 2011, pág. 26). Assim, através do seguro, os indivíduos conseguem conservar e preservar a sua existência, o seu património, realizando uma provisão económica para o presente e para o futuro, pois é inquestionável que o ser humano pode sofrer acidentes que o incapacitem, temporária ou permanentemente, ou que factos como a doença, maternidade, a velhice, a pobreza ou o desemprego atingem o equilíbrio económico das pessoas visadas (Daniel, L., 2009). Segundo Silva, C. (2000, pág. 22), “o objetivo do segurado, não é o de realizar operações de dívida secundária, mas antes o de se libertar de riscos que põem em causa a sua riqueza, mediante o pagamento de um prémio de valor limitado”.

Se não há dúvidas quanto à importância do seguro para o indivíduo (importância pessoal) que com ele pretende garantir a sua estabilidade e recuperação patrimonial, podemos também afirmar que os seguros têm grande relevância social (importância social), visto que, segundo Silva, C. (2000, pág. 19), “a reparação de danos causados por sinistros, constitui o aspeto socialmente mais relevante do seguro, seja diretamente, indemnizando os detentores e beneficiários dos contratos, ou indiretamente, ressarcindo perdas de terceiros. (...) Existem ramos onde o carácter social do seguro é indelével: responsabilidade civil automóvel, destinada a indemnizar as vítimas de acidentes de automóvel e responsabilidade civil das empresas (acidentes de trabalho) para acidentes sofridos por assalariados ao serviço da empresa”.

A atividade seguradora está também associada à poupança, essencialmente no que respeita aos ramos «Vida». Segundo Daniel, L. (2009) o seguro permite o aforro, conserva o património, liberaliza recursos económicos sujeitos a variações, elimina tensões sociais, garante o crédito, contribui para a prevenção, diminuindo os efeitos dos sinistros, está baseado na ideia de solidariedade humana, acumula grandes investimentos, vela pela tranquilidade e segurança futura. Assim, podemos concluir que, através de alguns produtos como PPR, os indivíduos podem, via atividade seguradora, garantir a sua reforma.

Segundo Pedro, J. (2011), a atividade seguradora e das companhias de seguros vai muito para além da perspectiva de proteção ou à mutualidade dos riscos. A componente financeira, inicialmente mais relacionada com os seguros do ramo «Vida», mas cada vez mais também, associada ao ramo «Não Vida», passou a ter muita importância para os seguradores. Segundo Silva, C. (2000, pág. 19), “(..) devido a transforação dos prémios em capital, os crescimentos dos seguros influenciam o crescimento da economia pela via do crescimento do

investimento”. Assim, para uma correta compreensão da atividade seguradora, é necessário ter em conta a sua função intermediadora de impulsionador financeiro, o que permite aos seguradores em alguns casos, endividar-se a taxas de juro sem risco, e investir ativos remunerados à taxa de juro de mercado, obtendo assim mais-valias.

Desta forma, é possível concluirmos que para além da importância pessoal e social dos seguros, a atividade seguradora funciona como um suporte da economia, pois através desta, é possível existir equilíbrio macroeconómico quer entre a poupança e o investimento, quer entre o consumo e o rendimento. (Silva, C. 2000).

1.4. Contrato de Seguro

O contrato de seguro, está regulado na legislação portuguesa pelo Decreto-Lei nº 72/2008 de 16 de abril, que revogou os Art.º 425 a 411 do Código Comercial Português.

Segundo Santos, J. (2007, pág. 124), “nos termos da “IFRS 4- Contractos de seguro” do IASB, um contrato de seguros, para efeito de reporte financeiro (independentemente da forma legal) é um contrato em que uma das partes (o segurador) aceita o risco significativo de seguro de outra parte (tomador de seguro) acordando compensar o segurado/beneficiário se um evento futuro específico e incerto (evento seguro) afetar adversamente o segurado”. Em Espanha, do ponto de vista legal, o contrato de seguro é aquele que o segurador se obriga, mediante o cobrança de um prémio e para o caso que se produza o evento seguro cujo risco é objeto de cobertura, a indemnizar dentro dos limites contratados o dano produzido ao segurado, ou a satisfazer um capital, ou ao pagamento de uma renda ou ainda ao pagamento de outras prestações contratadas. Assim, para Lozano, A. (2001, pág.17), “é o contrato ou a apólice escrita com uma empresa de seguros em que se estabelecem as normas que vão regular a relação contratual de garantia entre ambas as partes (segurador e segurado), especificando os respetivos direitos e obrigações”. Segundo Santos, J. (2007, pág. 125), o contrato de seguro é “o contrato pelo qual uma das partes se obriga com outra, mediante o pagamento de um prémio, a efetuar uma prestação de natureza indemnizatória, dentro dos limites convencionados, que possa ressarcir o prejuízo resultante da verificação parcial ou total de um risco; se se tratar de um evento relacionado com a pessoa do segurado, o objeto da prestação é um capital ou renda a entregar a este ou a terceiro”. Resumidamente, podemos afirmar que o contrato de seguro é a expressão jurídica da transferência do risco de um indivíduo para um segurador (Daniel, L.,2009).

No que respeita aos intervenientes do contrato de seguro, podemos identificar o tomador, que é um dos dois intervenientes do contrato de seguro e é responsável pelo pagamento do prémio, a pessoa segura, que é o elemento do contrato de seguro que está sujeito ao risco coberto definido na apólice, o beneficiário que será o elemento que receberá, em caso de sinistro, a indemnização respetiva e ainda, o segurador, que se trata do segundo elemento que celebra o contrato de seguro, responsável pelo pagamento da indemnização. Em alguns casos o tomador de seguro, o segurado e o beneficiário são a mesma entidade. No entanto, por exemplo, no caso de seguro de Vida, é possível que os três elementos sejam pessoas diferentes.

Santos, J. (2007), apresenta algumas características do contrato como, ter carácter sinalagmático, isto é, tem consequências bilaterais, já que se o segurado tem obrigação de pagar o prémio, a seguradora tem, em caso de sinistro, a obrigação de pagar a indemnização, ter carácter aleatório, pois não é líquido que o risco assumido vá ocorrer, e mesmo na ocorrência poderá ter diversas dimensões, ter carácter oneroso, pois cada parte prossegue uma vantagem pessoal, ter carácter sucessivo, uma vez que a sua execução é escalonada no tempo, ser um contrato de adesão, do tomador do seguro às cláusulas preparadas e redigidas pela seguradora, de onde resulta uma lógica de desigualdade entre o segurador e o tomador de seguro/segurado. O contrato deve ainda ser baseado no princípio da boa-fé, ou seja, terá que ser baseado num ambiente colaborativo, em que nenhuma das entidades omite ou distorce informação, nomeadamente, o segurado deverá pagar o prémio atempadamente e não deverá omitir riscos, devendo por sua vez o segurador, indemnizar o segurado em caso de sinistro. “A boa-fé tem uma importância especial no contrato de seguro. Como segurado, este está obrigado a descrever total e claramente a natureza do risco que pretende segurar, de modo a que o segurador tenha completa informação que lhe permita decidir sobre a sua aceitação, e em último, caso possa aplicar o prémio correto. Ao mesmo tempo, o segurado deve procurar evitar a ocorrência do sinistro ou uma vez este produzido, deve tentar diminuir as suas consequências. Enquanto que, ao segurador, a boa-fé exige facilitar ao segurado, informação exata dos termos em que se formaliza o contrato, já que muito dificilmente pode o segurado conhecer ou interpretar corretamente as condições da apólice que se apresenta no momento de aceitação e realização do contrato.” (Lozano, A., 2001, pág. 18).

Lozano, A. (2001), acrescenta ainda que o contrato de seguro, para além das características indicadas por Santos, J. (2007), deverá também ser consensual, isto é, apenas deverá acontecer por intenção e interesse de ambas as partes.

Elementos formais do contrato de seguro

Segundo Santos, J. (2007), os elementos formais do contrato de seguro são:

- a) Ata adicional: É o documento pelo qual se procede a alterações à apólice de seguro resultantes de imposições legais, passando assim a fazer parte integrante do contrato;
- b) Apólice de seguro: É o documento onde estão definidas por escrito as condições contratadas entre o tomador do seguro e o segurador, nomeadamente as condições gerais (incluem aspetos básicos do seguro, comuns a todos os contratos do mesmo ramo), as condições particulares (são cláusulas que individualizam o contrato de seguro, como a identificação do tomador de seguro, risco seguro, etc.) e as condições especiais (cujo objetivo passa por completar, alterar e esclarecer as condições gerais).
- c) Certificado provisório: É o documento emitido pelo segurador ou pelo mediador de seguros, que formaliza o contrato de forma provisória, até que seja emitida formalmente a apólice de seguro.
- d) Proposta de seguro: É o documento que suporta todo o *input* relativamente ao contrato de seguro, ou seja, é através do qual o tomador de seguro manifesta a sua vontade de realizar o seguro. É neste documento que são indicados elementos como, o tomador, o segurador, o risco seguro, a data de início, os capitais, as coberturas pretendidas, entre outros.
- e) Questionário: É o impresso ou formulário onde o tomador do seguro/subscritor declarará as circunstâncias relativas aos bens ou à vida que pretende segurar, que deverá ser preenchido segundo o princípio da boa-fé. Normalmente estes contratos estão associados aos ramos «Vida».

Elementos materiais do contrato de seguro

Segundo Santos, J. (2007), os elementos materiais do contrato de seguro são:

- a) Duração do contrato: É o período durante o qual estarão cobertos os riscos ou garantidos os riscos previstos no contrato

- b) Estorno: Em caso de anulação do contrato, após o pagamento do prémio, o segurador deverá devolver ao tomador de seguro, o valor pago anteriormente pelo tempo que falta decorrer.
- c) Indemnização: É a compensação destinada a reparar o prejuízo causado por um sinistro.
- d) Prémio: Será analisado em maior pormenor, no entanto, para Santos, J. (2007), é a quantia entregue pelo tomador de seguro ao segurador e que corresponde ao preço da contratação do seguro. É a contrapartida da prestação de garantia do segurador, pelo período de duração de contrato.
- e) Resolução: É o mecanismo jurídico que permite por termo ao contrato de seguro, na medida em que se verifica um motivo que a lei ou o contrato reconhecem como justificativo de resolução.
- f) Valor segura (ou capital seguro): É o capital ou valor monetário limite da indemnização, que corresponde ao valor máximo indemnizável assumido pelo segurador.

Para Lozano, A. (2001), os elementos materiais são apenas o risco, o prémio, o sinistro e a indemnização.

1.4.1. Risco

É natural que todas as pessoas encontrem continuamente, situações em que se deparam com a possibilidade de sujeição a algo negativo, com consequências económicas imprevisíveis, quer no nível pessoal quer ao nível patrimonial, isto é, situações de risco. Segundo Pedro, J. (2011, pág. 41), “quase todas as escolhas envolvem um determinado grau de incerteza (...) sendo certo que a cada escolha está associado um determinado risco”. Poderíamos tendencialmente confundir risco com incerteza, no entanto, são conceitos diferentes. Não existe uma definição única de risco e diferentes autores definem o risco de diferentes formas. Por exemplo, Willet (1991; citado por Silva, C., 2000), define risco como “correlação objetiva da incerteza subjetiva”, o que significa que, segundo Silva, C. (2000), quanto mais provável for a variação da perda em relação à média, tanto mais elevado é o grau de incerteza. Assim, e ainda segundo este autor, o risco não é idêntico ao grau de probabilidade de um acontecimento indesejado mais sim, à variabilidade do resultado. Pfeffer (1992; citado por Silva, C., 2000),

afirma que “o risco é uma combinação de acasos e é medido pela probabilidade; a incerteza é medida pelo grau de crença. O risco é um estado do mundo; a incerteza é um estado de espírito. Para Lozano, A. (2001, pág. 19), o risco é a “possibilidade de ocorrência por azar de um acontecimento ou dano que produz uma necessidade económica”. Lozano, A. (2001) atribui ao risco, características como incerteza, aleatoriedade, possibilidade, conhecimento e licitude. Segundo Daniel, L., (2009, pág. 34) “o risco deve obedecer às condições seguintes: deve referir-se como a possibilidade de um acontecimento futuro, deve ser conhecido e estimado em toda a sua extensão e alcance quer para o segurado quer para o segurador, deve ser incerto quanto a sua ocorrência no tempo, deve ser possível, o que não quer dizer que tenha que ocorrer, deve ser independente da vontade de ambas as partes, deve trata-se de um ato lícito, deve ser suscetível de causar uma necessidade em dinheiro”. No aspeto jurídico, é o requisito essencial para que exista um contrato de seguro.

Tipos de risco

Silva, C. (2000), refere que a divisão está essencialmente relacionada com a estrutura de perda ou ganho resultante de uma situação de risco e distingue o risco em quatro conceitos, nomeadamente, riscos especulativos ou riscos puros e riscos fundamentais ou riscos particulares. Pedro, J. (2011), faz referência a outro tipo de risco que também analisaremos, o risco moral.

Risco Especulativo vs. Risco Puro

Risco Puro

A principal característica do risco puro é que, “não existe promessa de ganho mas sim a possibilidade de perda ou a contrapartida de não haver perda” (Oliveira, F. e Rocha, A.,- ,pág. 11), isto é, não se trata de uma situação em que o tomador de seguro procura garantir ou segurar um ganho, mas por outro lado, segurar ou evitar uma perda, ou seja, estamos perante apenas a possibilidade de perdas económicas. Os riscos puros são, em princípio, seguráveis, uma vez que o indivíduo, na melhor das hipóteses, permanecerá na mesma situação de riqueza qualquer que seja o resultado que ocorra. No entanto, nem todos os riscos puros são necessariamente seguráveis, por exemplo a queda de um meteorito. Segundo Silva, C. (2000), os riscos puros para serem seguráveis têm de obedecer a determinados critérios, nomeadamente, ter que existir um número suficientemente grande de unidades expostas a risco para que as perdas sejam razoavelmente previsíveis e onde se possa aplicar a lei dos grandes

números, a perda terá que ser definitiva e mensurável, para que seja possível a determinação do valor a pagar, a perda deverá ocorrer sobre forma de acidente, fortuitamente e ainda, a perda não poderá ser suficientemente grande ao ponto de conduzir à insolvência do segurador.

Risco Especulativo

Ao contrário dos riscos puros, os riscos especulativos “contêm em si mesmo uma promessa de ganho ou uma probabilidade de perda” (Oliveira, F. e Rocha, A., -, pág. 11), ou seja, estamos perante a possibilidade de existência de “perdas económicas ou ganhos financeiros” (Silva, C., 2000). Se tendencialmente os riscos puros são riscos seguráveis, ao contrário, regra geral os riscos especulativos não o são, no entanto, existem riscos especulativos que podem ser seguráveis, por exemplo um concerto anulado pela chuva, para o qual nem todos os bilhetes foram vendidos. (Silva, C., 2000).

É com base nesta dicotomia que se admite a existência de uma zona de interseção, por um lado, entre riscos puros e riscos seguráveis, e por outro lado, entre riscos especulativos e riscos não seguráveis. No entanto, este raciocínio tem algumas limitações, porque se os contratos forem baseados no princípio do capital existe uma possibilidade real de ganho especulativo. Na perspetiva dos seguradores, estes dois conceitos acabam por se unir, dado que para que a atividade seja rentável, cabe ao segurador transformar o risco puro (assumido nos contratos de seguro) em risco especulativo procurando assim, obter ganhos com a sua gestão.

Riscos Fundamentais VS Riscos Particulares

Segundo Silva, C. (2000), “esta distinção é baseada na origem ou causa da situação de risco”.

Riscos Fundamentais

Os riscos fundamentais estão associados a um conjunto de indivíduos. Segundo Silva, C. (2000), os riscos fundamentais são imanentes de perdas impessoais tanto na sua origem como nas suas consequências, e podem ter duas origens, nomeadamente da interdependência social ou de fenómenos físicos. Para Kulp (1928; citado por Silva, C., 2000), os riscos fundamentais são essencialmente riscos coletivos e afetam a uma sociedade inteira ou segmentos dessa sociedade. Resumidamente, os riscos fundamentais estão essencialmente associados a riscos económicos, sociais, políticos ou da natureza, que afetam uma amostra populacional.

Riscos Particulares

Os riscos particulares, estão associados a um indivíduo em particular. “Neste tipo de risco, o indivíduo tem algum grau de controlo sobre as respetivas causas e poderá ser responsável pelos acontecimentos” (Silva, C., 2000, pág. 90). Resumidamente, os riscos particulares são identificáveis com ações e pessoas, como por exemplo roubos.

Risco Moral

Segundo Pedro, J. (2011, pág. 63), o risco moral deverá estar associado às taxas e prémios a aplicar pelas companhias de seguro, uma vez que se trata do risco de, os segurados se descuidarem, isto é, se sujeitarem de forma indiferenciada ao risco, porque sabem que este se encontra coberto pela apólice de seguro. “Não valerá a pena, pensarão, tomar precauções especiais se tudo está garantido pelo seguro, ainda por cima porque as precauções são incomodativas”.

1.4.2. Prémio

O prémio é, de uma forma resumida, pedir a cada um (segurado) em troca da cobertura que beneficia, uma contribuição que seja proporcional a seu risco próprio e a esperança de perda que o caracteriza (Chiappori, P., 2000), ou seja, o custo de um seguro. Segundo Silva, C. (2000, pág. 112), “pode até pensar-se que se trata de um contrassenso uma vez que o prémio em termos de jogo, aparece associado ao ganho e não à perda. O conceito de prémio nos seguros significa a contribuição de um dado indivíduo sujeito a um risco idêntico para poder beneficiar em caso da ocorrência de um sinistro”. O prémio é assim, a importância que o segurado paga ao segurador, com o objetivo de que esta efetue a gestão dos riscos e coberturas que fazem parte do contrato de seguro (Daniel, L., 2009), e lhe pague em casos de sinistro, os prejuízos causados no seu património, dentro dos limites acordados. Segundo Santos, J. (2011, pág. 137), “o prémio resulta como definição de seguro, é um dos seus elementos fundamentais (...) entende-se por seguro, um contrato pelo qual um das partes se obriga com a outra, mediante o pagamento de um prémio, a efetuar uma prestação de natureza indemnizatória”, ou seja, deve ser entendido como a contrapartida da prestação do serviço de mutualidade de risco. No que respeita aos tipos de prémios, segundo Silva, C. (2000, pág. 113), “usam-se

normalmente três conceitos: o prémio puro ou custo técnico de mutualidade, o prémio líquido ou comercial (...) e o prémio total”.

Prémio Puro ou de Risco

Segundo Silva, C. (2000), o prémio puro de um risco é o prémio que permite ao segurador satisfazer os pedidos de indemnizações decorrentes dos contractos de seguros celebrados e dos riscos assumidos. O prémio de risco ou prémio puro é aquele que resulta de um cálculo atuarial¹ baseado em regularidades estatísticas, pois segundo Daniel, L. (2009, pág. 43), “é aquele que advém diretamente da avaliação do risco e que foi calculado, estatisticamente, para ocorrer à liquidação das indemnizações aquando da ocorrência dos acontecimentos que lhe dão origem. É calculado através da média aritmética de vários prémios variáveis e sucessivos, dentro de determinado espaço de tempo”. Segundo Silva, C. (2000, pág. 140), “virtualmente, todos os prémios de riscos, quer em «Vida» quer em «Não Vida», são derivados a partir de dois fatores : uma medida de exposição e uma taxa de prémio. A medida de exposição ou unidade de exposição reflete a extensão à qual a propriedade segura está exposta ao risco de perda”. Exemplos de medidas de exposição são, por exemplo para o ramo automóvel, a relação de veículos/ano ou veículos/km. “A taxa de prémio é expressa como uma taxa por unidade de exposição, por exemplo, a percentagem da folha de salários (..) as taxas de prémio são elas próprias o produto de dois fatores : A frequência média do sinistro por ano e por unidade de exposição e o valor presente do custo médio” (Silva, C., 2000, pág. 141). Para Silva, C., (2000) para o correto cálculo das taxas de prémio é necessário percorrer quatro etapas, nomeadamente, os segurados são divididos em grupos de acordo com as suas características homogêneas, o segurador de acordo com a sua experiencia, calcula o número de sinistros e o seu custo médio por unidade de exploração, dividindo o número de sinistros pelo número de unidades de risco, obtendo assim a frequência média do grupo. Finalmente, para obter a taxa de prémio, apenas é necessário multiplicar a frequência média do grupo pelo custo médio do sinistro.

Prémio Comercial

O prémio comercial é apurado a partir do prémio puro ou prémio de risco. Segundo Silva, C. (2000), o cálculo do prémio comercial é feito da mesma forma do que o cálculo do

¹ O cálculo atuarial é a disciplina que se aplica métodos de matemática e estatística de forma a determinar o risco e retorno nos ramos dos seguros e finanças.

prémio puro, no entanto, a este último, é feita a soma de encargos, que permitem cobrir as despesas de aquisição e de gestão do contrato. Os encargos que incidem sobre o prémio de risco, são o preço do serviço de seguros, uma vez que são destinados à remuneração dos fatores produtivos”. Segundo Santos, J. (2007), os encargos correspondem normalmente a 20% do prémio de risco ou prémio puro. No que respeita aos encargos que acrescem ao prémio puro, estes são os comuns a qualquer tipo de negócio, denominados de custos de produção e venda, ainda que se trate de uma atividade de serviço. Alguns exemplos de despesas são as comissões aos mediadores, ou encargos de gestão, que são custos de funcionamento dos seguradores.

Prémio bruto

No que respeita ao prémio bruto, este provem do prémio comercial, no entanto, são lhes acrescidas cargas de emissão, onde se destacam custos de fracionamento, custos da apólice, custos com atas adicionais ou mesmo, no caso do seguro automóvel, custos com cartas verdes. Estes valores diferem de segurador para segurador.

Prémio total

Por fim, no que respeita ao prémio total, este obtém-se pela incrementação ao prémio bruto de agravamentos, como impostos (Lozano, A., 2001). Assim, o prémio total é calculado de forma igual ao prémio bruto, no entanto, são lhe acrescidos custos com impostos e taxas legais, como sejam, imposto de selo, taxas parafiscais como INEM, FAT, ANPC, FGA ou CRC. Deste modo, podemos concluir que o prémio total é aquele que o tomador de seguro paga ao segurador, raciocínio este que é confirmado por Lozano, A. (2001,pág. 24), “o conceito de prémio total coincide com o recibo de prémio”.

1.4.3. Sinistros

Os sinistros são, na opinião de Lozano, A. (2001), um dos elementos materiais do seguro. De uma forma genérica, podemos definir sinistro como “qualquer evento suscetível de fazer funcionar as coberturas da uma apólice” (Silva, A., 1994, pág. 343), isto é, o sinistro é a manifestação concreta do risco segurado que produz danos garantidos na apólice, até determinada quantia (Lozano, A., 2001), e segundo Daniel, L. (2009) é um conceito normalmente associado à ideia de prejuízo ou dano sofrido pelo segurado.

Lozano, A. (2001), faz a distinção entre diversos tipos de sinistros, em função de dois critérios, nomeadamente a intensidade do dano produzido e o estado da sua tramitação. No que

respeita à intensidade, poderemos estar perante um sinistro total, em que as consequências do sinistro afetam a totalidade do bem seguro, como seja um incêndio que destrói toda uma habitação, o que normalmente se denomina de “perda total”, ou poderá ser classificado como parcial, em que apenas parte do objeto seguro é afetado pelo sinistro, isto é, o caso de um incêndio que apenas destrói uma divisão da habitação. Quanto à tramitação, o sinistro poderá ser classificado como declarado, isto é, aquele que já foi comunicado à companhia de seguros, pendente, ou seja, aquele sinistro que ainda não foi regularizado, em que as consequências económicas ainda não foram totalmente indemnizadas pelo segurador e ainda, o sinistro liquidado, isto é, aquele em que as consequências económicas, provenientes da ocorrência do sinistro, já se encontram indemnizadas. Lozano, A. (2001) faz ainda distinção entre o sinistro ordinário, ou seja, aquele que acontece pela ocorrência de um risco considerado normal, conhecido e indemnizável, e os sinistros extraordinários ou catastróficos, ou seja, aqueles que têm carácter excecional. Segundo Daniel, L. (2009), para que um sinistro seja indemnizável, é necessário que o facto não esteja excluído das coberturas contratadas, que seja consequência de causas previstas como aceitáveis, que se concretize dentro do prazo previsto no contrato, que ocorra dentro dos limites geográficos fixados na apólice e que, o sinistro produza um dano que afete negativamente o segurado.

Na perspetiva do segurador, o sinistro dá origem a um processo técnico, jurídico e administrativo (Daniel, L.,2009), pelo que o custo não se concentra apenas na indemnização. Segundo Pedro, J. (2011, pág.107), “o princípio básico dos seguros é o de repartir os seus encargos em partes iguais entre todos os contractos, supostamente idênticos, de uma carteira”, pelo que é necessário evitar que todos os sinistros seguros se realizem ao mesmo tempo, pois nesse caso a compensação, ou o pagamento do valor da indemnização por ocorrência de sinistro não poderá ter lugar, pois para que a compensação entre os riscos se possa fazer da melhor forma, é necessário reunir um grande número de riscos semelhantes, e que têm as mesmas hipóteses de se realizar (Silva, C.,2000)

1.4.4. Indemnização

A indemnização, é essencialmente o encargo a que está obrigado contratualmente a pagar o segurador em caso de acontecimento de um sinistro. Segundo Lozano, A. (2001,pág. 32), “o objetivo da indemnização é conseguir a reposição económica do património afetado pelo sinistro do segurado”. No entanto, o valor a indemnizar não é infinito, pois caso o fosse, poderia

cor em causa a solvência dos seguradores, pelo que, o valor máximo da indemnização é está estabelecido na apólice, definido no momento de realização do contrato de seguro.

No que respeita à indemnização, será importante abordar alguns temas, nomeadamente o sistema de franquias, situação de sobre-seguro e de infra-seguro.

Sistemas de franquia

Por vezes nos contratos de seguro, no que respeita a indemnização, são estipuladas franquias. A franquia é a quantidade pela qual o segurado é o próprio segurador dos seus riscos e em virtude da qual, em caso de sinistro, suportará com o seu património, parte dos danos” (Lozano, A., 2001, pág. 34). Esta situação está prevista com o intuito de reduzir o risco a segurar por parte dos seguradores, essencialmente, o risco moral. Por exemplo, conforme já referido anteriormente, o tomador de seguro poderá optar por uma postura de descontração, por saber que o risco em que está a incorrer está seguro. No entanto, se este souber que, apesar do risco se encontrar seguro, parte dele irá ser suportado a seu cargo, irá provavelmente tomar outra posição face ao risco, não se sujeitando, por certo da mesma forma que sujeitaria caso não existisse franquia.

Situação de sobre-seguro

É aquela situação que ocorre quando o valor que o segurado contrata e atribui ao objeto seguro garantido na apólice é superior ao que realmente o objeto tem. Nestes casos o segurador apenas está obrigado a satisfazer o valor venal² do objeto antes da ocorrência do sinistro (Lozano, A.,2001).

Situação de infra-seguro

É aquela situação que acontece quando o valor que o segurado contrata e atribui ao objeto seguro e que está garantido na apólice é inferior ao valor venal do objeto. Nestes casos a indemnização é calculada através da regra proporcional, isto é, se o segurado apenas atribuir 50% do valor venal ao objeto seguro, a indemnização irá ocorrer também em 50% dos danos apuráveis.

² Valor que o bem seguro teria no mercado, se o seu proprietário pretendesse transacioná-lo ou vendê-lo à data do sinistro

1.5. Direitos e obrigações

No que respeita a direito e obrigações, estabelecidos no contrato de seguro, segundo Daniel, L. (2009), o segurado tem direito a receber a prestação dos serviços contratados, reclamar se existirem divergências entre a apólice de seguro e a proposta de seguro e comunicar variações do risco. No que respeita as obrigações do segurado, Daniel, L. (2009) aponta a obrigatoriedade de assinar o contrato seguro, comunicar todas as circunstâncias que possam agravar o risco, informar atempadamente os sinistros, fazer todos os possíveis para reduzir os efeitos de um sinistro e no caso de objetos sinistrados, apresentar faturas comprovativas, e ainda, pagar atempadamente o prémio do contrato seguro. Quanto ao segurador, este tem o direito de rescindir o contrato em caso de inexatidão de declarações na elaboração da proposta, rescindir o contrato no caso de agravamento do risco se previamente tiver conhecimento, rescindir o contrato no caso de não pagamento atempado do prémio e reclamar indemnização no caso de existir duplo seguro e dentro do mesmo sinistro, desde que não tenha sido previamente de tal informado. No que respeita às obrigações, o segurador deverá disponibilizar as condições gerais, indemnizar os valores dos danos que resultem de um sinistro coberto pela apólice, reduzir o valor do prémio no caso de redução dos valores em risco e nomear peritos para avaliação dos sinistros.

1.6. Tipos de seguros

1.6.1. Seguro «Vida» e Seguro «Não Vida»

Segundo Santos, J. (2007, pág. 123) “o contrato de seguro pode ter como objeto riscos diversos, seja relativo a bens (como um veículo envolvido num acidente de viação, a destruição de um edifício por um incêndio, a danificação de uma colheita devido a granizo ou a uma forte chuvada), seja relativos à vida humana (vida ou morte, seus direitos e interesses)”. Segundo Silva, F. (1994; citado por Amorim, V., 2005, pág. 11) “a mais antiga divisão dos seguros em classes considerava três designações: (1) Marítimos; (2) Terrestres e (3) Vida (..) Posteriormente, devido à adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a atividade seguradora passou a ter seguros classificados por ramos, de acordo com a normalização imposta pelas Diretivas Comunitárias nº 73/239/CE de 1973 E 79/267/CE de 1979, estando estes divididos essencialmente em dois grandes ramos, «Vida» e «Não-Vida». Com a introdução do Decreto Lei 72/2008 de 16 de abril, e com vista a harmonização terminológica, o ramo «Vida» passou a denominar-se «Seguros de pessoas» passando o ramo «Não Vida» a denominar-se «Seguro de

coisas». No entanto, ao longo da dissertação, optamos por manter a terminologia antiga, já que esta é a que continua a ser utilizada pelos seguradores nas suas demonstrações financeiras.

Seguro «Vida»

Os seguros «Vida», tal como o nome indica, estão associados objetos seguros não materiais, no entanto, o ramo «Vida» não inclui apenas o seguro de vida, mas sim todos os seguros/ramos definidos pelas diretivas comunitárias (Lozano, A., 2001), nomeadamente os que constam no artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, como sejam, seguros de vida (em caso de morte, em caso de vida, misto e em caso de vida com contrasseguro), danos corporais, seguro de nupcialidade e seguro de natalidade ou seguros ligados a fundos de investimento, operações de capitalização, operações de gestão de fundos coletivos de reforma. Segundo Silva, A. (1994, pág. 384), “os seguros de vida, compreenderão todas as combinações que se possam fazer, pactuando em troca da constituição de uma renda, temporária ou vitalícia ou desde certa idade, ou ainda ao pagamento de certa quantia, desde o falecimento de uma pessoa, ao segurado, seus herdeiros ou representantes, ou a um terceiro e outras quaisquer combinações semelhantes ou análogas”.

Silva, C. (2000), faz uma distinção entre os seguros do ramo «Vida», nomeadamente, seguros em caso de morte e seguros em caso de vida. Para Silva C. (2000, pág. 125 e 126) “os seguros em caso de morte, temporários ou vitalícios destinam-se a cobrir riscos de morte, natural ou acidental, que interrompem o curso normal da vida humana e impedem que o segurado termine o processo de acumulação de riqueza destinada a um beneficiário. O segurador concede-lhes um crédito, aceitando que esse montante seja amortizado periodicamente através do pagamento de uma anuidade, mas garantido simultaneamente o pagamento do capital em caso de morte, ainda que a totalidade da dívida não esteja amortizada” já no que respeita aos seguros em caso de vida, estes “destinam-se a constituição de um capital certo mediante a utilização de técnicas combinadas de capitalização e de previsão da mortalidade”, como por exemplo, os produtos de poupança reforma.

Seguros «Não-Vida»

Para Silva, C. (2000), é possível subdividir os seguros «Não Vida» em três grandes tipos, nomeadamente os “seguros de coisas”, onde se incluem os ramos destinados à garantia do valor da riqueza, como bens e mercadorias, como sejam o ramo automóvel, incêndio entre

outros. O segundo tipo, Silva, C. (2000), denomina de “seguros de pessoas”, onde se pretende fornecer proteção à vida e à saúde das pessoas em consequência de acidentes ou doença, como sejam o caso dos ramos de acidentes de trabalho ou acidentes pessoais. Por fim, os “Seguros de responsabilidade civil geral, de produtos ou profissional”, que se destina a proteger danos causados a terceiros, quer pela vida profissional, civil ou empresarial do segurado.

Os seguros «Não-Vida» estão identificados no Artigo 123º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e incluem essencialmente os ramos acidentes de trabalho, acidentes pessoais (prestações convencionadas, prestações indemnizatórias ou combinação de ambas), pessoas transportadas, ramos de doença (prestações convencionadas, prestações indemnizatórias ou combinação de ambas), veículos terrestres, veículos ferroviários, aeronaves, embarcações marítimas, lacustres e fluviais, mercadorias transportadas, incêndio e elementos da natureza, nomeadamente, incêndio raio ou explosão, tempestades, outros elementos da natureza, energia nuclear e aluimento de terras. Fazem ainda parte dos seguros «Não Vida», outras danos em coisas (riscos agrícolas, riscos pecuários e outros riscos como roubo), responsabilidade civil de veículos terrestres com motor (obrigatório e facultativo), responsabilidade civil de aeronaves, responsabilidade civil de embarcações, lacustres e fluviais, responsabilidade civil geral (energia nuclear e outras), ramos de crédito, como insolvência geral, declarada ou presumida, crédito à exportação, vendas a prestações, crédito hipotecário e crédito agrícola, ramos de caução (direta e indireta), perdas pecuniárias diversas, como riscos de emprego, insuficiência de receitas, perda de lucros, persistência de despesas gerais, entre outros.

Segundo Amorim, V. (2005), a legislação em vigor possibilita a operação de seguradores mistos mas estes estão obrigadas, entre outras medidas, a adotar uma gestão distinta para cada uma das atividades.

1.6.2. Seguro Direto vs. Resseguro

Seguro Direto

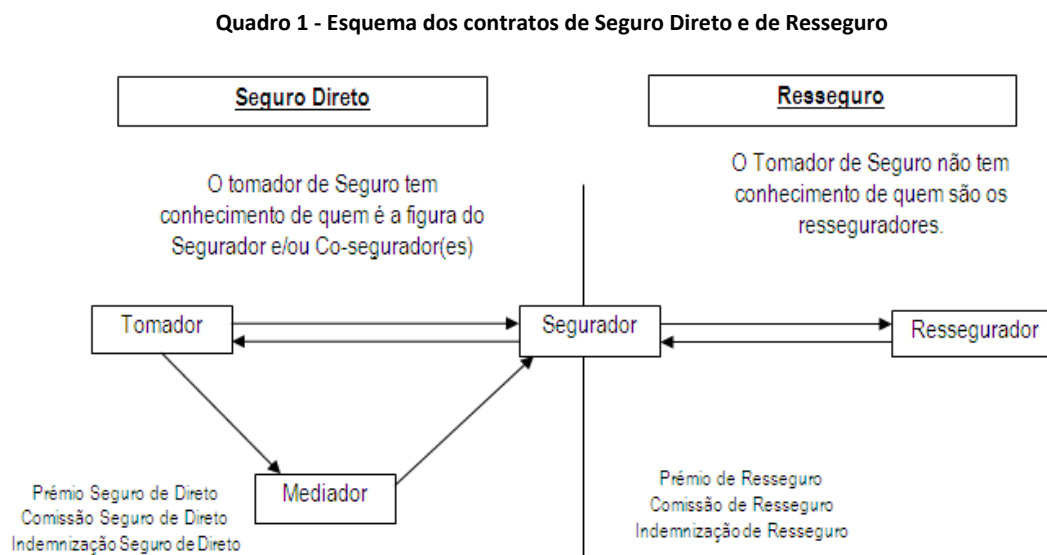
O seguro direto, é o tipo de seguro onde, de uma forma abstrata, o tomador de seguro conhece o segurador com quem realizou o contrato, ainda que este seja feita através de um mediador. Fonseca e Silva (1994, pág. 333) define-o como sendo o “seguro contratado diretamente com o segurado” acrescentando ainda que “o mesmo termo é usado para qualificar todo e qualquer seguro transacionado por uma companhia, em oposição ao resseguro”. Em

alguns casos, como em situações de co-seguro, no contrato de seguro (único) estão incluídos vários seguradores, entre os quais um é líder.

Resseguro

Segundo Santos, J. (2007, pág. 276) “nenhuma seguradora, por muito poderosa que seja, poderá assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, certos riscos de quantias avultadas”. Deste modo, tal como um indivíduo transfere o risco em que incorre no dia-a-dia, também os seguradores procuram repartir as responsabilidades da sua atividade com outros seguradores dispostos a aceitar tais riscos. Segundo Daniel, L. (2011, pág. 55), o resseguro em termos abstratos, é o “seguro do seguro”, ou seja, “é um sistema capaz de atenuar, ou até eliminar, dentro de uma seguradora as perdas económicas causadas por uma sinistralidade superior à média estatística prevista”. Segundo o Art.º 72 do Decreto-Lei 72/2008 de 16 de abril, o resseguro é um contrato pelo qual uma das partes, o ressegurador, cobre o risco de um segurador ou de outro ressegurador. Assim, no resseguro, apenas o segurador direto responde perante o tomador de seguro, no entanto, o risco encontra-se repartido por diversos seguradores, sem que o tomador de seguro tenha conhecimento.

Esquematicamente:



Fonte: Quadro elaborado pelo autor

1.7. Ciclo de Operacional Invertido

Segundo Daniel, L. (2009, pág. 25), “na operação de seguro, a seguradora recebe por antecipação um prêmio (preço) de garantia, e obriga-se, como contrapartida, abonar a soma segura (capital ou parte), em caso de um sinistro”. Este ciclo descrito por Daniel, L. (2009), é regra geral diferente das restantes atividades. O que normalmente acontece é que, um vendedor presta um serviço ou disponibiliza bens a um comprador, e só posteriormente, é ressarcido financeiramente. Conforme verificamos anteriormente, na atividade seguradora o ciclo é exatamente o inverso, pelo que os seguradores, primeiramente recebem o prêmio e só posteriormente poderão incorrer em custos, em caso de ocorrência de sinistros. Assim, é perfeitamente compreensível que a atividade seguradora, por este facto, esteja sujeita a um conjunto de regras que “balizem” a sua atividade, com sejam as provisões técnicas que analisaremos no capítulo II.

Capitulo II – Garantias Financeiras

2.1. Provisões técnicas

As provisões técnicas, são uma das rubricas do passivo mais importantes no balanço das empresas de seguros (Santos, J., 2007). Tratam-se de provisões, impostas pelo Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, as que visam refletir as responsabilidades assumidas pelos seguradores decorrentes dos contractos de seguros. “As companhias de seguros, pelas funções que exercem na gestão de mutualidades de seguros, na intermediação financeira e na gestão do mecanismo de resseguro, assumem no seu passivo um potencial de risco que é múltiplo da sua riqueza própria” (Silva, C., 2000, pág. 24). Para Lozano A. (2001), as provisões técnicas são provisões económicas, legais e obrigatórias, que os seguradores devem realizar para fazer face às suas obrigações futuras, derivadas das suas operações com seguros, que existem a todo o momento e que por isso se devem refletir na contabilidade dos seguradores. “O seu cálculo, assenta essencialmente, em estimativas obtidas sobretudo com base na experiência anterior, pelo que a sua determinação deve ser efetuada com toda a prudência possível” (Santos, J., 2007, pág. 469). Segundo o Art.º 69 do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, os seguradores com sede em Portugal devem, para o conjunto da sua atividade, constituir e manter provisões técnicas, calculadas em relação às responsabilidades decorrentes do exercício da sua atividade no território da Comunidade Europeia, assim como o dos contractos celebrados em livre prestação de serviços e “em relação às responsabilidades decorrentes do exercício da sua atividade fora do território da Comunidade Europeia, no caso de, pelas disposições legais em vigor no território Português, não ser obrigatória a constituição de provisões técnicas de valor superior, nos termos das normas legislativas e regulamentares dos respetivos Estados.”. Estão ainda sujeitas a este regime, as sucursais de seguradores com sede fora do território da Comunidade Europeia, sobre as responsabilidades assumidas decorrentes da sua atividade em Portugal.

As provisões técnicas, definidas por imposição legal são, à luz do artigo 70º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, são:

- a) Provisão para prémios não adquiridos;
- b) Provisão para riscos em curso;
- c) Provisão para sinistros;
- d) Provisão para participação em resultados;
- e) Provisão para operações do ramo «Vida»;
- f) Provisão para envelhecimento;
- g) Provisão para desvios de sinistralidade;

No que respeita ao âmbito fiscal, é de salientar que o código do IRC, no artigo 39º nº 1 al. c) autoriza que as provisões técnicas efetuadas por seguradores, sejam aceites fiscalmente como um gasto, desde que efetuadas conforme as normas emanadas do ISP, não devendo ultrapassar os limites mínimos aí definidos não devendo subsistir caso se deixe de verificar os eventos que motivaram a sua constituição.

Seguidamente, analisaremos cada uma das provisões técnicas:

2.1.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos, está regulamentada nos artigos 71º e 79º, do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e devem incluir a parte dos prémios brutos emitidos, com a exceção do ramo «Vida», relativamente aos contratos em vigor, a imputar a períodos posteriores, após a dedução, dos custos de aquisição diferidos. As provisões técnicas para prémios não adquiridos têm como finalidade fazer face a riscos que permanecem em vigor num determinado exercício económico após o fecho contabilístico e fiscal (Lozano, A., 2001). Esta provisão acontece pelo facto de, grande parte dos contratos ter um período diferente do período fiscal/contabilístico, pelo que há necessidade, de diferir as responsabilidades assumidas, respeitando assim o princípio da especialização. Para o cálculo da provisão para prémios não adquiridos, cada contrato deve ser analisado individualmente, segundo o método de *pro rata temporis*, isto é, proporcionalmente ao tempo. Segundo Santos J. (2007), a adoção deste método pressupõe que a sinistralidade se

distribui de igual forma ao longo do contrato, pelo que nos ramos de seguro onde esta situação não se verifique, deverão ser utilizados outros métodos. Assim, para as modalidades em que não seja possível aplicar este método, deverão ser utilizados métodos de cálculo que tenha em conta a evolução do risco no tempo. Com vista à simplificação do cálculo das provisões para prémios não adquiridos, o n.º 3 do 79.º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho permite a utilização de métodos estatísticos, desde que o resultado se aproxime do resultado do cálculo individual realizado “contrato a contrato”. No entanto, esta opção, está sujeita a comunicação ao ISP (Santos, J., 2007).

A regulamentação das provisões técnicas consta na Norma 19/94-R de 6 de dezembro, com as alterações dadas por normas posteriores, como a Norma 03/96 de 18 de janeiro, 04/98-R de 16 março, 12/2000—R, de 13 de novembro e 24/2002-R, de 23 de dezembro. No que respeita aos custos de aquisição diferidos, a Norma 19/94-R de 6 de dezembro, vem definir que estes não poderão ultrapassar o limite máximo de 20% sobre os prémios emitidos para os seguros diretos assim como para os resseguros. No entanto, quando devido à natureza do resseguro, não for possível aplicar as regras do seguro direto, o cálculo poderá ser realizado através da aplicação de percentagens globais, nomeadamente 36% sobre os prémios de resseguro aceites, nos ramos em que a maioria dos contratos tenha duração de um ano e de 10% sobre os prémios de resseguro aceite cuja maioria dos contratos tenha duração inferior a um ano.

2.1.2. Provisão para riscos em curso

A provisão para os riscos em curso, está regulamentada no artigo 72.º e 79.º-A do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos a contratos em vigor, devendo, segundo Santos J. (2007, pág. 481), o “cálculo basear-se nos sinistros e nos custos administrativos suscetíveis de ocorrer após o final do exercício e cobertos por contratos celebrados antes daquela data, desde que o montante estimado exceda a provisão para prémios não adquiridos e os prémios exigíveis relativos a esses contratos”. As provisões para riscos em curso, são assim, um complemento à provisão para prémios não

adquiridos. Para Lozano, A. (2001), as provisões para riscos em curso complementam as provisões para prémios não adquiridos, pois uma colmata as insuficiências da outra.

Tal como referido anteriormente, a regulamentação das provisões técnicas consta na Norma 19/94-R, de 6 de dezembro, com as alterações introduzidas por normas posteriores, como a Norma 03/96 de 18 de janeiro, 04/98-R de 16 março, 12/2000 de 13 de novembro e 24/2002-R, de 23 de dezembro. Estas normas, indicam que a provisão para riscos em curso, abrange todos os seguros «Não Vida» e deverá ser calculada por ramo, separada em pelo menos dois grupos, o seguro direto e o resseguro aceite, sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, seja superior a 1. Os ramos ou modalidades onde devem ser calculadas as provisões são, acidentes e doença, acidentes de trabalho, doença, acidentes pessoais e pessoas transportadas, incêndios e outros danos, automóveis, marítimo, aéreo e transportes, responsabilidade civil geral, crédito e caução, proteção jurídica e outros;

2.1.3. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, está definida no artigo 73º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e deverá corresponder ao custo estimado para regularizar todos os sinistros comunicados ou não, que tenham ocorrido até ao final do exercício corrente. As provisões deverão ser calculadas sinistro a sinistro. Segundo Santos J. (2007), o objetivo da provisão é aumentar a solidez financeira do segurador, numa perspectiva de médio e longo prazo, devendo o seu montante ser suficiente para fazer face as responsabilidades do segurador nos sinistros ocorridos. Uma vez que, por vezes, existem sinistros ainda não comunicados, há necessidade de recorrer a estimativas, que segundo Santos J. (2007, pág. 520), têm grande importância ao nível da gestão, no sentido de evitar, por um lado, situações de insolvência e, por outro lado, uma aplicação excessiva de capitais que poderiam ser aplicados em atividades mais rentáveis para o segurador. Para o cálculo das provisões para sinistros, estão previstos um conjunto de métodos que permitem projetar níveis de sinistralidade, essencialmente recorrendo a dados históricos, que permitem aproximar o resultado da provisão com o real. “Não existe um modelo padrão para a estimação da provisão para sinistros. A escolha do modelo dependerá da adequação aos dados, verificando-se a necessidade de recorrer a modelos de maior complexidade à medida que aumenta a heterogeneidade desses dados”. No caso de seguros onde a responsabilidade do segurador é assumida sobre forma de renda, como por exemplo, o caso dos seguros de acidentes de

trabalho, à luz do artigo 80º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, as provisões devem ser calculadas com base nos métodos atuariais reconhecidos, aplicando-se as mesmas regras do cálculo das provisões para os ramos «Não Vida», com as devidas adaptações.

Estão previstos para o cálculo das provisões para sinistros, dois grandes grupos de métodos. Os métodos determinísticos e métodos estocásticos. Os métodos determinísticos, partem do pressuposto que as evoluções passadas se continuarão a verificar no futuro. Santos J. (2007, pág. 520)., destaca como principal método, o método de *Chain Ladder*, que “assumo a existência de proporcionalidade entre as colunas matriz, ou seja, entre os anos de desenvolvimento. A partir deste pressuposto são estimados os fatores de desenvolvimento, que refletem essa proporcionalidade, os quais serão utilizados para a projeção de informação futura.” No que respeita aos modelos estocásticos, segundo Santos J. (2007), os seus primeiros desenvolvimentos surgiram de análises efetuadas sobre o método determinístico de *Chain Ladder*, com a introdução de algumas variáveis que permitiram introduzir maior flexibilidade e rigor na interpretação dos resultados, nomeadamente pela possibilidade de determinação do grau de confiança das estimativas e a análise da razoabilidade dos pressupostos.

2.1.3.1. Provisão para sinistros já declarados

Segundo o nº 2 do artigo 80º da Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, os seguradores, mediante comunicação ao ISP, podem em relação ao sinistros já declarados mas ainda por regularizar, utilizar métodos estatísticos para o cálculo das provisões para sinistros já declarados. Para Santos J. (2007), existem algumas modalidades de seguro, como por exemplo, o seguro de acidentes de trabalho, em que a provisão para sinistros já declarados, na parte não relativa a pensões, por se tratar do ramo «Vida» acidentes de trabalho faz parte dos seguros «Não Vida» seja de pelo menos 25% dos prémios brutos emitidos no exercício.

2.1.3.2. Provisão para sinistros ocorridos mas não declarados (IBNR)

Lozano A., (2001) entende que sinistros ocorridos mas não declarados, são aqueles sinistros que já ocorreram mas que não foram comunicados ao segurador até ao fecho do

exercício, pelo que não se tratam de dados de fácil previsão. Assim, no que respeita a sinistros ocorridos mas não declarados, IBNR, a provisão, segundo o nº 3 do artigo 80º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, deve ser calculada numa base histórica, recorrendo “à experiência passada da seguradora” (Santos, J., 2007, pág. 528). No entanto, caso não seja possível recorrer a dados históricos, devem os seguradores, segundo Santos J. (2007, pág. 528), no caso de seguro direto, provisionar nos ramos «Não Vida», em 4% dos custos com sinistros do exercício, ocorridos e declarados, e nos ramos «Vida», em 1% dos custos com sinistros, deduzidos dos valores correspondentes a vencimentos e resgates e das importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias. No caso dos resseguros aceites, a provisão a constituir deverá corresponder a 10% dos custos com sinistros do exercício, ocorridos e declarados, sendo que, “não são permitidos quaisquer descontos ou deduções, implícitos ou explícitos, as despesas de regularização de sinistros devem ser tidas em conta, quer se trate de custos externos ou internos, diretos ou indiretos, os montantes recuperáveis, resultantes de sub-rogações ou de salvados, não são deduzidos ao montante da provisão, devendo ser apresentados como ativo, uma vez avaliados com grande prudência, quando tiverem de ser pagas indemnizações sob forma de renda, os montantes a considerar na provisão para este fim são calculados com base em métodos atuariais reconhecidos e de acordo com as bases técnicas estabelecidas”. Ainda segundo Santos J. (2007), os seguradores são obrigados a ter e a manter mapas de desenvolvimento da provisão para sinistros, de seguro direto e resseguro aceite, por ramos.

2.1.4. Provisão para participação nos resultados

No artigo 74º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, está prevista a constituição de provisões para participação nos resultados, e correspondem a montantes destinados aos segurados ou beneficiários de contratos sob forma de participação nos resultados, desde que ainda não distribuídos. Segundo Santos J. (2007), a participação nos resultados, tanto poderá ocorrer no ramo «Vida», como no ramo «Não vida», no seguro direto ou no resseguro aceite.

Estão previstas, quatro formas de distribuição da participação em resultados. O aumento da provisão matemática, o aumento das importâncias seguras, por diminuição do prémio e por pagamento em numerário. No primeiro caso, “em cada ano do contrato a participação nos

resultados é adicionada à provisão matemática já existente, conduzindo a um aumento na mesma proporção das importâncias seguras e dos prémios” (Santos, 2007, pág. 533). No caso de a distribuição de resultados ocorrer por via do aumento das importâncias seguras, a participação nos resultados é “utilizada em cada ano como prémio único de um seguro do mesmo tipo da combinação inicial, em que a idade será a idade atingida pela pessoa segura e o prazo do contrato dado pelo numero da anos que falta decorrer até ao vencimento da apólice” (Santos, 2007, pág. 533). A distribuição de resultados poderá ocorrer sob forma de redução dos prémios a pagar pelo tomador de seguro, sendo o acerto realizado no prémio anual seguinte aquele em que ocorre a distribuição. Na opinião de Santos J. (2007), esta opção poderá ser aliciante para o tomador de seguro, levando-o a não ceder a outras propostas da concorrência do mercado, como por exemplo, depósitos a prazo. Por último, a distribuição poderá ocorrer sob forma de pagamento em numerário, sendo pago em dinheiro diretamente ao tomador de seguro.

2.1.5. Provisão de Seguros e Operações do ramo «Vida»

As provisões de seguros e operações do ramo vida, devem refletir as responsabilidades dos seguradores nos contractos dos seguros de ramo «Vida». Assim, neste âmbito, segundo o nº 1 do artigo. 75º e 75º-A do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril que foi republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, devem ser constituídas as seguintes provisões:

- a) Provisão matemática;
- b) Provisão de seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro;
- c) Provisão para compromissos de taxa;
- d) Provisão de estabilização de carteira;

2.1.5.1. Provisão matemática

A provisão matemática do ramo «Vida», é representada pelo valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídos e após a dedução do valor atuarial dos prémios futuros” (Santos, J. 2007, pág. 487) para os contratos do ramo «Vida». Lozano, A. (2001), define ciência atuarial, como um ramo do conhecimento científico que estuda os princípios básicos e estruturantes da atividade seguradora, tanto ao nível técnico, como financeiro, matemático e estatístico, para a obtenção de um equilíbrio de resultados.

A constituição das provisões está regulamentada pelas Normas 19/94-R, de 6 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Normas 03/96-R, de 18 de janeiro, 04/98-R de 16 de março, 12/2000-R de 13 de novembro e 24/2002-R, de 23 de dezembro. Segundo Santos J. (2007), as provisões matemáticas devem ser calculadas através de um método atuarial prudente, tendo em atenção os prémios futuros a receber, as prestações garantidas, que incluem os valores dos resgates garantidos, as participações nos resultados a que os beneficiários e os segurados têm coletiva ou individualmente direito, todas as operações a que o segurado ou beneficiário têm direito e de acordo com as condições do contrato e ainda os encargos da empresa, como por exemplo, comissões.

Para a constituição das provisões matemáticas, pode ser utilizado um método retrospectivo, baseado em dados históricos, desde que o resultado deste método seja superior ao resultante do método atuarial prudente. Ainda segundo Santos J. (2007), um método atuarial é considerado prudente, quando é tida em conta a possibilidade de variações desfavoráveis dos diferentes fatores demográficos e financeiros.

As provisões técnicas para o ramo «Vida», devem ainda ser calculadas separadamente para cada contrato, podendo no entanto, utilizar-se aproximações razoáveis quando seja previsível que os resultados sejam os aproximados aos cálculos individuais. É necessário ter em conta que os seguradores nos contratos «Vida» estão sujeitas a diversos tipos de riscos, devendo esta situação ter sido em conta aquando do cálculo da provisão matemática. Genericamente, os riscos poderão ser classificados como, constantes, crescentes e decrescentes. Riscos constantes, segundo Santos J. (2007), são riscos que não variarão em função do tempo, considerando-se que, o meio onde se insere o objeto sujeito ao risco não se modifica. Quanto aos riscos crescentes e decrescentes, são riscos associados a objetos seguros

cujos meios estão em modificação, variando o risco em função de algumas variáveis como por exemplo, o tempo. Nos contratos em que o risco é crescente, isto é, menor risco no início do contrato do que no final, o segurador deverá gerir de forma eficiente o excedente inicial para fazer face a responsabilidades futuras, criando assim as provisões matemáticas.

Ainda no âmbito das provisões matemáticas, é necessário ter em conta a possibilidade de ocorrerem situações como resgates, reduções ou adiantamentos. No que respeita aos resgates, estão previstos em determinados contratos de seguros, em que o tomador, poderá rescindir o contrato, recebendo uma parte da provisão técnica. Quanto às reduções, isto é, reestruturação do contrato de seguro, em que existe uma redução das responsabilidades do segurador, existindo simultaneamente também uma redução dos prémios pagos ou inexistência da obrigatoriedade de pagamento de prémio por parte do tomador, dado que o que foi liquidado pelo tomador até à data, é suficiente para cobrir o ajustamento do prémio até ao final do contrato. Por fim, no que respeita aos adiantamentos, que se caracterizam pela antecipação ou empréstimo realizado pelo segurador ao tomador de seguro, estando este obrigado ao pagamento de juros sobre o montante adiantado, criando a necessidade de redução ou anulação da provisão matemática, pois parte ou a totalidade da obrigação do segurador está assumida.

2.1.5.2. Provisão de seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

As provisões para seguros e operações do ramo «Vida» em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados por, *Unit Linked*, são segundo o n.º 4 do Art.º 75 do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, calculadas em função da performance de determinados ativos que estão associados ao seguro.

2.1.5.3. Provisão para compromissos de taxa

O Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, no n.º 7 do artigo 75º, onde consta que a provisão para compromisso de taxa, está associada “a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro” (Santos, J., 2007, pág. 510). Assim, sempre que a taxa de rentabilidade associada a

determinadas aplicações que suportam provisões matemáticas do ramo «Vida», for inferior à taxa de juro média ponderada utilizada para o cálculo dessas provisões, o segurador deverá, á luz do artigo 82º nº 4, constituir provisões técnicas adicionais.

2.1.5.4. Provisão para estabilização de carteira

As provisões para estabilização de carteira, estão reguladas no nº 8 do artigo 75º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e devem ser constituídas relativamente aos contratos de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, dado o agravamento do risco inerente à progressão média etária do grupo seguro (Santos, J., 2007).

2.1.6. Provisão para envelhecimento

Segundo Santos J. (2007, pág. 511), as provisões para envelhecimento estão associadas ao seguro de doença, sendo calculadas com as devidas adaptações, de acordo com as mesmas regras das provisões matemáticas. Assim, estas devem corresponder ao valor das responsabilidades “assumidas pela empresa de seguros após a dedução do valor atuarial dos prémios futuros e a taxa técnica de juro a considerar no cálculo da provisão não pode ser superior a 4%”. As provisões para envelhecimento estão previstas na Norma 19/94-R de 6 de dezembro, com as alterações que foram dadas pelas Normas 03/96-R de 18 de janeiro, 04/98-R de 16 de março e 12/2000-R de 13 de novembro.

2.1.7. Provisão para desvios de sinistralidade

Segundo o artigo 77º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, as provisões para desvios de sinistralidade destinam-se a fazer face a desvios de sinistralidade esperada, isto é, à ocorrência de sinistralidade excecionalmente elevada, devendo ser constituída principalmente para os ramos de seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, riscos de fenómenos sísmico e resseguro aceite – risco atómico.

a) Seguro de crédito

O seguro de crédito está associado ao não cumprimento do devedor nos contratos comerciais, isto é, o segurador substitui o devedor perante o tomador no caso de não cumprimento do primeiro da obrigação de pagamento. A provisão deverá corresponder a uma dotação anual de 75% do resultado técnico, num máximo a 12% dos prémios brutos emitidos, até que a provisão atinja 150% do montante anual mais elevado dos prémios brutos emitidos dos cinco exercícios anteriores.

b) Seguro de caução

No que respeita aos seguros de caução que são seguros que garantem o pagamento de uma indemnização, por parte do tomador a um terceiro, segurado. Este tipo de seguro é bastante utilizado em construção de edifícios, pois garantem ao dono da obra que, caso o empreiteiro não cumpra o prazo ou o trabalho acordado, lhe seja paga uma indemnização. A provisão deverá corresponder a uma dotação anual de 75% do resultado técnico, num máximo a 25% dos prémios brutos emitidos, até que a provisão atinja 150% do montante anual mais elevado dos prémios brutos emitidos dos cinco exercícios anteriores.

c) Resseguro aceite – risco atómico

Quanto ao resseguro aceite – risco atómico, a provisão deverá corresponder a 75% do resultado técnico, até que a provisão atinja 500% do montante anual mais elevado da conta de prémios brutos emitidos nos três exercícios precedentes.

d) Fenómenos sísmicos

Por fim, o risco de fenómenos sísmicos, está associado à probabilidade de ocorrência, conforme o nome indica, de fenómenos sísmicos e a provisão está relacionada com duas variáveis, o capital retido por zona sísmica e os rendimentos gerados pelos ativos representativos da respetiva provisão. Segundo Santos, J. (2007), a provisão deverá ser efetuada até que a mesma atinja 75% do capital retido por zona sísmica.

2.1.8. Cauçionamento e representação das provisões técnicas

As provisões técnicas são passivos constituídos pelos seguradores, que têm como finalidade, conforme já verificamos, assegurar o cumprimento por parte dos seguradores de um conjunto de compromissos. No entanto, estes passivos têm obrigatoriamente que estar caucionados ou representados por ativos.

Assim, através do caucionamento/representação, os seguradores garantem aos tomadores de seguro, que dispõe de ativos suficientes para cumprir com as responsabilidades. Esta obrigatoriedade está associada ao facto de o ciclo operacional do setor segurador ser inverso daquele que normalmente ocorre. A matéria de caucionamento/representação está regulada dos artigos 88º a 92º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho

Segundo Santos J. (2007), as provisões técnicas devem ser representadas/caucionadas por ativos móveis ou imóveis, na mesma proporção e valor das provisões. O artigo 92º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, obriga a que sejam caucionadas, à ordem o ISP, as provisões técnicas constituídas por sucursais de seguradores com sede fora da UE. Deste modo, verificamos que estão previstos dois conceitos ou duas formas de suportar as provisões técnicas constituídas pelos seguradores. “No caucionamento, os ativos afetos às provisões técnicas ficam imobilizados à ordem do ISP; na representação, esses ativos estão na realidade livres, na aceção que podem ser livremente alienados, embora com a obrigatoriedade de os reconstituir, se necessário, face às responsabilidades assumidas” (Santos, 2007, pág. 539). O Decreto-Lei 17.555 de 5 de novembro de 1929, no nº 8 prevê que, em caso de se tratar de uma sucursal de seguradores com sede fora da UE, o caucionamento deverá ser realizado em numerário ou em valores mobiliários, na Caixa Geral de Depósitos.

2.1.9. Regras relativas à representação/caucionamento das provisões técnicas

Segundo Santos J. (2007), tanto o setor segurador como o setor de fundos de pensões, assumem uma função fundamental na proteção dos riscos do dia-a-dia das famílias e empresas,

contribuindo para “a sustentabilidade da economia e confiança do sistema financeiro”. Assim, assumindo o setor segurador um papel tão importante como o que se verifica, é compreensível que este esteja sujeito a normas e regulamentos bastante prudentes.

2.1.10. Políticas de investimento

Para Santos J. (2007, pág. 541), existem diversas abordagens no que se refere as políticas de investimento, sendo que alguns países, “se adota uma abordagem mais tradicional baseada num conjunto alargado de regras e limites quantitativos, aplicados a determinadas categorias de ativos, que condicionam, em maior ou menos grau, a definição de políticas de investimento (...) procurando deste modo limitar o risco inerente a política de investimento a implementar”. No entanto, existem outros países que adotam políticas de investimento, que optam por uma abordagem mais qualitativa, “cuja lógica subjacente (...) é essencialmente orientada para uma ótica comportamental”. Em Portugal, a abordagem às políticas de investimento a realizar pelos seguradores, no que respeita à representação das provisões técnicas rege-se por uma ótica mista, sendo que a base é essencialmente qualitativa, e está regulada pela Norma 13/2003-R, de 17 de julho. Segundo Santos, J. (2007), a Norma 13/2003, de 17 de julho, permitiu introduzir uma maior flexibilidade na gestão dos capitais aplicados por parte dos seguradores, obrigando a que estes se especializassem na gestão do risco e de investimentos, garantindo desta forma uma maior proteção dos interesses dos consumidores de seguros. Lozano A. (2001), para a cobertura de provisões técnicas, identifica alguns princípios base, nomeadamente princípios de inversão, onde são realçados valores como a congruência, liquidez, rentabilidade, dispersão e diversificação.

No entanto, à luz do art.º 3 da Norma 13/2003-R, no que respeita aos princípios previstos, “os ativos representativos das provisões técnicas devem ter em conta o tipo de operações efetuadas pelos seguradores, de modo a garantir a segurança, o rendimento e a liquidez dos investimentos da empresa, assegurando a observância dos princípios de diversificação e dispersão de riscos. Sem prejuízo dos limites e demais regras indicados nos artigos nº 4 a 8, a política de investimento do segurador deve ser adequada às suas especificidades, tendo em conta nomeadamente, o âmbito de atividade do segurador «Vida», «Não-Vida» ou exploração cumulativa de «Vida» e «Não-Vida», a natureza dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos de seguro subscritos, nomeadamente se o segurador assume, total ou parcialmente, o risco de investimento, as características da população segura e a duração dos compromissos assumidos, e ainda o montante dos ativos passíveis de utilização

para cobertura das provisões técnicas. Sem prejuízo de outros indicadores usados pelo segurador para aferir a adequação mencionada no número anterior, deve atender-se à sensibilidade das provisões técnicas e dos respetivos ativos representativos em face das variações dos fatores de risco do mercado. Os níveis de segurança, de rendimento e de liquidez das aplicações devem ter subjacentes o horizonte temporal dos compromissos assumidos e a limitação do risco de liquidez especialmente no curto e médio prazos, devendo a gestão dos investimentos reger-se por princípios como a diversificação e dispersão adequadas das aplicações, com observância do disposto nos artigos 5.º e 6.º, evitando uma dependência excessiva de um determinado ativo, emitente ou setor de atividade, seleção criteriosa das aplicações, em função simultaneamente do seu risco intrínseco e do risco de mercado, bem como das informações credíveis disponíveis, designadamente as notações de risco de crédito atribuídas pelas agências de rating, prudência na percentagem das aplicações em ativos que, pela sua natureza ou qualidade do emitente, apresentem um elevado grau de risco à racionalidade e controlo de custos, qualquer que seja a sua natureza, a limitação a níveis prudentes das aplicações que, em função das suas características específicas e das do mercado em que são transacionadas, apresentem reduzida liquidez. As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual dos ativos representativos das provisões técnicas, podendo este princípio ser temporariamente inobservado quando manifestamente aconselhável por razões de eficiência da política de investimento ou em situações efetivas de força maior, nomeadamente em caso de elevada concentração de cobrança de prémios ou de necessidades de tesouraria. Sempre que as prestações previstas por um contrato se encontrem diretamente ligadas ao valor de unidades de participação de um fundo de investimento ou de um fundo autónomo detido pelo segurador, a respetiva provisão de seguros e operações do ramo «Vida» em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro tem de ser representada o mais aproximadamente possível por essas unidades de participação. Sempre que as prestações previstas por um contrato se encontrem diretamente ligadas a um índice de ações ou a qualquer outro valor de referência diferente do valor mencionado no número anterior, a respetiva provisão de seguros e operações do ramo «Vida» em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro tem de ser representada, o mais aproximadamente possível, quer pelas unidades de participação que se considere representarem o valor de referência quer, no caso das unidades de participação não estarem definidas, por ativos, com um grau adequado de segurança e liquidez, que correspondam o mais aproximadamente possível àqueles em que se baseia o valor de referência específico. Os seguradores que explorem cumulativamente o ramo «Vida» e os ramos «Não Vida» devem gerir

os ativos afetos à cobertura das provisões técnicas correspondentes a cada atividade de forma separada, identificando desde o início qual a afetação efetuada (Santos, J. 2007).

A Norma 13/2003-R, de 17 de julho, para além de enumerar um conjunto de princípios base orientadores das políticas de investimento, estabelece quais os ativos que deverão representar as provisões técnicas. Assim, no que respeita aos ativos que podem representar as provisões técnicas, a Norma prevê como ativos possíveis, investimentos, onde se aceitam, títulos de dívida, obrigações e outros instrumentos de dívida do mercado monetário e de capitais, empréstimos, ações e outras participações de rendimento variável, participações em instituições de investimento coletivo, terrenos e edifícios. Para além dos investimentos anteriormente enumerados, também são aceites como ativos representativos de provisões técnicas, créditos, como parte dos resseguradores nas provisões técnicas e outros créditos sobre resseguradores, depósitos em empresas cedentes e dívidas destas empresas, créditos sobre tomadores de seguros, adiantamentos sobre apólices, créditos fiscais devidamente comprovados, créditos sobre o IFADAP. Na Norma 13/2003-R, de 17 de julho, estão ainda previstos outros ativos, como imobilizações corpóreas, com exclusão de terrenos e edifícios, com base numa amortização prudente, caixa, disponibilidades à vista e depósitos em instituições de crédito, custos de aquisição diferidos e juros decorridos. Segundo Santos J. (2007, pág. 546), os seguradores podem ainda utilizar instrumentos financeiros derivados como forma de representação de provisões técnicas, como por exemplo, opções, futuros ou swaps, desde que nas condições e limites definidos pelo ISP, nas Normas 07/2002-R, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelas Normas 21/2003, de 26 de dezembro e Norma 04/2007-R, de 27 de abril, estando a utilização destes produtos tenha como principal objetivo a limitação do risco de investimento, permitindo “uma gestão eficaz da carteira”.

Condições de admissão de ativos para representação de provisões técnicas

Segundo o art.º 3 da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, alguns dos ativos que podem representar as provisões técnicas estão sujeitos a condições de admissão, como é o caso dos empréstimos, valores mobiliários, aquisição de capital em sociedades por quotas, terrenos e edifícios, partes dos resseguradores nas provisões técnicas e outros créditos sobre resseguradores, depósitos em empresas cedentes e dívidas destas empresas, créditos sobre tomadores de seguros, adiantamento sobre apólices, créditos sobre IFADAP, imobilizações tangíveis e custos de aquisição diferidos. No que respeita a empréstimos, segundo o nº 1 do artigo 4º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, apenas as que têm garantias reais do Estado,

bancárias ou concedidas por um outro segurador ou fundadas na qualidade de mutuário tendo em consideração designadamente as notações de risco de crédito atribuídas por agências de *rating*, podem ser admitidas em representação de provisões técnicas, sendo que estão excluídos os empréstimos concedidos em relação de domínio ou de grupo com o segurador mutuante, assim como empréstimos garantidos por essas mesmas sociedades.

No que respeita a valores mobiliários, o nº 3 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, vem definir que, no caso de valores mobiliários que não se encontram em negociação em bolsa de valores ou em mercado regulamentado num estado membro da UE ou mercado análogo de país da OCDE, apenas serão admitidos os valores mobiliários que possam ser realizados no curto prazo, ou no caso de estarem a representar provisões técnicas do ramo «Vida», quando se trate de participações em instituições de crédito, seguradores ou em empresas de investimento estabelecidas num estado membro da UE.

Quanto às partes de capital em sociedades por quotas, o nº 5 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, impõe que estas sociedades estejam sujeitas a revisão legal de contas, que o segurador obtenha opção de vendas das quotas, e ainda que justifique a aquisição destas.

Os terrenos e edifícios, à luz do nº 6 do artigo 4º da Norma 13/2003-R, apenas podem ser admitidos em representação de provisões técnicas, caso se encontrem inscritos no registo predial com propriedade do segurador, e que a sua venda esteja livre de vocações, como hipotecas ou outros. No caso de terrenos ou edifícios de exploração industrial, apenas poderão ser admitidos terrenos cujo espaço se adapte rapidamente a diversos tipos de indústrias e estejam seguros contra risco de incêndio e elementos da natureza, em segurador diferente do seu proprietário, por um valor não inferior ao custo de reconstrução.

No que respeita à parte dos resseguradores nas provisões técnicas e outros créditos sobre resseguradores, segundo o nº 8 do artigo 4º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, as provisões técnicas podem ser representadas pela parte dos resseguradores até ao limite dos valores por estes entregues para garantia das suas responsabilidades, e no que respeita a outros créditos sobre resseguradores, por 85% da diferença entre os saldos devedores e os saldos credores das contas correntes com os resseguradores, incluindo quaisquer outras dívidas destes.

Os depósitos em empresas cedentes e as dívidas destas empresas apenas serão admitidas, segundo o nº 9 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, até ao limite das provisões técnicas do resseguro aceite respetivo. As provisões técnicas podem, segundo o nº 10 do artigo 4º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, ser representadas por créditos sobre os tomadores de seguros, apenas e só na parte relativa a recibos a cobrar, líquidos de estornos, e desde que estes sejam apenas exigíveis a não mais de três meses, até ao limite de 70% do valor apurado e do valor da provisão para prémios não adquiridos, após a dedução da respetiva provisão para recibos a cobrar. Quanto aos adiantamentos sobre apólices, segundo o nº 11 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, apenas os adiantamentos representativos das provisões técnicas do ramo «Vida» poderão ser aceites. Para que seja possível a representação das provisões técnicas através de créditos sobre o IFAP, o nº 12 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, vem exigir que estes créditos sejam reconhecidos pela IFAP e sejam decorrentes da bonificação dos prémios de seguro de colheitas e do sistema de compensação de sinistralidade. Quanto às imobilizações corpóreas, segundo o nº 13 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, com a exceção dos terrenos e edifícios, regulamentados pelo nº 7 do artigo 4º da mesma norma, são admitidas até 20% do seu valor, líquidas das respetivas amortizações. No que respeita aos custos de aquisição diferidos, se estes forem compatíveis com o cálculo das provisões para prémios não adquiridos e provisões matemáticas é que poderão, segundo o nº 14 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, ser aceites como ativo representativo das provisões técnicas. Por fim, o nº 15 do artigo 4º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, prevê que não são aceites como ativos representativos de provisões técnicas, os títulos emitidos por seguradores, assim como títulos emitidos por sociedades cujo capital ou direitos de voto pertençam em mais de 10% a um ou mais administradores do segurador ou a seus cônjuges, parentes ou afins em 1º grau.

Diversificação da carteira de ativos representativos das provisões técnicas

Para além de regulamentar quais os ativos que poderão representar as provisões técnicas, a Norma 13/2003-R de 17 de julho, no artigo 5º, vem definir de que forma deverá estar diversificada a carteira de ativos que representam as provisões técnicas. Assim, segundo o nº 1 do artigo 5º da Norma 13/2003-R, todas as provisões técnicas do ramo «Vida» e «Não Vida», à exceção da provisão de seguros e operações do ramo «Vida» em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e das provisões matemáticas dos seguros enquadrados no regime dos fundos de poupança, devem observar um conjunto de limites, nomeadamente:

Ações e instrumentos análogos

Um máximo de 55% das provisões técnicas poderá ser representado por ações, por obrigações convertíveis ou que confirmem o direito à subscrição de ações ou instrumentos financeiros análogos, como warrants, que permitam a exposição do segurador ao mercado acionista. No entanto, os ativos previstos no nº 4 do artigo 4º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, isto é, valores mobiliários que não se encontram em negociação em bolsa de valores ou em mercado regulamentado da estado membro da UE ou mercado análogo de país da OCDE, não poderão exceder um total de 15%. Ainda no que respeita a ativos associados ao mercado acionista, a alínea c) do nº 1 do artigo 5º, estipula que os investimentos em participações financeiras e instituições de investimento coletivo que não se regulem pela Diretiva nºs 2001/107/CE e 2001/108/CE, de 21 de janeiro de 2002, não poderão representar mais do que 5%. Segundo Santos (2007, pág. 551), sem prejuízo do afirmado anteriormente, “no seu conjunto, os valores mobiliários e os instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidos por uma mesma sociedade e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos a essa mesma sociedade não podem representar mais do que 5%, podendo esse limite ser elevado para 10% desde que os valores, instrumentos e empréstimos, que respondam a emitentes e a mutuários em que estejam aplicadas individualmente mais de 5% das suas provisões técnicas, não ultrapassem no conjunto 40% dessas provisões técnicas”. A alínea b) do nº 2 do artigo 5º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, prevê ainda que o limite de 40% possa ser fixado em 20% relativamente ao conjunto de sociedades que se encontrem entre si ou com a empresa de seguros em relação de domínio ou de grupo. O nº 3 do artigo 5º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, assegura que o limite estipulado de 55% de carteira de ativos para os instrumentos financeiros como ações e instrumentos análogos possa ser aumentada desde que, a empresa de seguros demonstre que tal facto resulta de uma política de investimento prudente, com grande probabilidade e uma elevado nível de cobertura de determinados compromissos. Para tal, o segurador deverá enviar ao ISP o estudo de gestão conjunta “ativo-passivo ” que suporta a política de investimentos definida. O ISP poderá, segundo o nº 6 do artigo 5º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, autorizar que um segurador utilize participações em determinadas instituições de investimento coletivo não harmonizadas e que não sejam consideradas para o limite previsto na alínea c) do nº 1 da mesma Norma, desde que essas instituições apresentem estratégias de investimento bem definidas e regulamentadas.

Terrenos e edifícios

No que respeita a terrenos e edifícios, a alínea d) do nº 1 do artigo 5º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, prevê que poderão ser constituídas provisões técnicas até um limite máximo de 50% por terrenos e edifícios, créditos decorrentes de empréstimos hipotecários, ações de sociedades imobiliárias e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário. Ainda no que respeita a terrenos e edifícios, a alínea e) do nº 1 do artigo 5º da citada norma, poderá ser constituído até um máximo de 10% em aplicações num ou em vários terrenos e edifícios, suficientemente próximos entre si, de forma a poderem ser considerados como um só.

Produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

No que respeita aos produtos que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, que não se regulam pelo artigo 5º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, uma vez que o artigo 6º da mesma norma vem definir limites diferentes dos anteriormente verificados, nomeadamente no que respeita aos valores mobiliários e instrumentos representativos de dívida de curto prazo emitidos por uma mesma sociedade e os créditos decorrentes de empréstimos concedidos a essa mesma entidade não poderão representar mais do que 10%, podendo este limite ser elevado para 25% relativamente às obrigações hipotecárias emitidas por instituições de crédito sedeadas em estados da UE, podendo este último limite ser aumentado para 30%, relativamente aos casos em que se verifique relações de domínio ou de grupo. Quanto às ações ou instrumentos financeiros análogos, em que se preveja a possibilidade de investimento acima dos 40%, devem, segundo o nº 2 do artigo 6º da Norma 13/2003-R de 17 de julho, aditar à sua designação comercial a expressão «ações», exceto “os investimentos em valores mobiliários e em instrumentos de dívida, que não se encontrem admitidos à negociação numa bolsa de valores ou em outro mercado regulamentado de estado-membro da UE ou em mercado análogo de país da OCDE” (Santos, J., 2007, pág. 552). Ainda no que diz respeito aos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, dedicados a segmentos específicos de mercado, com períodos de subscrição limitados e que não admitam entregas futuras, segundo o nº3, do artigo 6º, da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, os limites estipulados anteriormente poderão ser ultrapassados caso a empresa de seguros adite à respetiva designação comercial a expressão «Não Normalizado», indique a política de investimento subjacente e forneça ao tomador do seguro, no âmbito da informação pré-contratual a composição discriminada da carteira de investimentos e toda a envolvente associada, como por exemplo, riscos e linhas de decisão possíveis.

Princípios de congruência

A Norma 13/2003-R, de 17 de julho, no artigo 8º, prevê um conjunto de princípios de congruência para os ativos representativos de provisões técnicas associadas a ramos «Vida» e «Não Vida», com a exceção das operações do ramo vida cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, como o facto de que as responsabilidades dos seguradores são exigíveis na mesma moeda expressa nos contratos de seguros ou de operações de capitalização, no entanto, sempre que as garantias desses contratos não sejam expressas em moeda, devem os seguradores assumir as responsabilidades na mesma moeda do país onde o risco de situa, podendo esta situação ser contornada através de cláusulas expressas no contrato de seguro. Segundo Santos J. (2007), o segurador está pendente de autorização do ISP, quando os contratos de seguro garantam riscos como os previstos no artigo 123º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, nomeadamente, veículos ferroviários, aeronaves, embarcações marítimas, lacustres e fluviais, mercadorias transportadas, responsabilidade civil de aeronaves, responsabilidade civil de embarcações marítimas, lacustres e fluviais assim como responsabilidade civil geral (unicamente responsabilidade civil dos produtos), e a garantia seja prestada em moeda diversa. Ainda no que respeita aos princípios de congruência, está previsto no nº 6 do artigo 8º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, que se um segurador possuir elementos do ativo em certa moeda em valor não superior a 7% dos elementos do ativo existente noutras moedas, as provisões técnicas não são obrigadas à representação por ativos congruentes (Santos, J., 2007).

Políticas de Controlo

Conforme vimos anteriormente, as políticas de investimento a adotar pelos seguradores, deverão ser revestidas da maior prudência e sensatez possível, com vista à proteção, em primeiro lugar, do tomador de seguro e segurado e, em segundo lugar, do próprio segurador, entenda-se, acionistas, funcionários, entre outros, procurando evitar assim perdas desnecessárias, colocando o cumprimento dos compromissos em causa (Bernardino, G, 2004). Segundo o nº 1 do art.º 9 da Norma 13/2003-R de 17 de julho, devem ser definidas políticas de investimento para as seguintes carteiras de investimentos:

- a) Seguro de vida com participação nos resultados e sem investimento autónomo;

- b) Seguro de vida com participação nos resultados e com investimento autónomo – por fundo autónomo;
- c) Seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro – por fundo autónomo;
- d) Seguro de vida sem participação nos resultados e operações de capitalização, sem investimento autónomo;
- e) Seguro de vida sem participação nos resultados e operações de capitalização, com investimento autónomo – por fundo autónomo;
- f) Seguro de acidentes de trabalho;
- g) Restantes seguros não-vida;
- h) Valores livres;

Ainda, no n.º 2 do artigo 9º da mesma norma, está previsto que as políticas de investimento têm obrigatoriamente que ser apresentadas sobre forma escrita, indicando os limites de exposição a cada tipo de aplicação, o limite relativo a valores mobiliários que não se encontram admitidos à negociação em bolsa de valores, o limite relativo a aplicações expressas em euros e em outras moedas, a possibilidade de instrumentos financeiros derivados e de operações de reporte e de empréstimos de valores, as aplicações eventualmente proibidas e demais restrições a cada política de investimento, a indecência geográfica e principais mercados assim como setores alvo, medidas relativas à rentabilidade e ao risco estabelecido como padrão de comparação para análise do desempenho da gestão de investimentos e ainda, estratégias a prosseguir em matéria de intervenção e exercício de voto nas sociedades emitentes. Os seguradores devem ainda possuir procedimentos internos, formulados por escrito, onde deve estar definido a forma como as políticas de investimento irão ser implementadas e controladas, devendo no mínimo, identificar a cadeia de responsabilidades, definir o processo de recomendação, aprovação, implementação, monitorização das decisões de investimento e ainda, a frequência e o formato do reporte interno. Segundo o nº 10 do artigo 9º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, os procedimentos identificados anteriormente têm que estar disponíveis para análise por parte do ISP, a qualquer momento. As políticas de investimento, deverão ser avaliadas e revistas no mínimo de três em três anos, com o intuito de assegurar entre outras, que as políticas de investimento sejam implementadas por pessoas com elevado

nível de formação, profissionais e independentes, devendo ainda o segurador não delegar a implementação e o controlo na mesma pessoa. Segundo o nº 9, do artigo 9º da Norma 13/2003-R, de 17 de julho, devem os seguradores registar os desvios ocorridos através de reporte interno, devendo sempre que se justifique, isto é, sempre que materialmente relevantes, sejam comunicados ao ISP, juntamente com as medidas que a empresa de seguro admite como resolutivas dos desvios ocorridos.

2.2. Margem de Solvência e Fundo de Garantia

2.2.1. Margem de Solvência

A margem de solvência e o fundo de garantia, regulados pelo Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, e pelas alterações introduzidas pelo DL 251/2003 de 14 outubro, DL 145/2006 de 31 de julho e DL 28/2009 de 19 de junho, são também, para além das provisões técnicas, garantias financeiras a apresentar obrigatoriamente por parte dos seguradores, de acordo com o nº 1 do artigo 68º, do DL 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho Segundo o nº1 do artigo nº 93 do presente Decreto-Lei, os seguradores com sede em Portugal são obrigados a dispor de uma margem de solvência em relação ao conjunto das suas atividades, assim como, segundo o artigo 94º, as sucursais de seguradores com sede fora do território da Comunidade Europeia. “A margem de solvência é um requisito mínimo de fundos próprios, que se destina a fazer face a aleatoriedades do negócio segurador, dependendo o seu montante do volume de negócios de cada empresa, bem como a rendibilidade global que a empresa consiga extrair do seu negócio” (Santos, J, 2007, pág. 570). Para Lozano A. (2001), a margem de solvência é um conjunto de recursos constituídos por património próprio, cujos seguradores devem ter disponível a todo o momento, de forma a garantir as responsabilidades assumidas. Ainda segundo Lozano A. (2001), tal como o próprio nome indica, a margem de solvência deverá funcionar como uma solvência marginal que o segurador deve possuir livre de responsabilidades para poder fazer frente a situações de possíveis sinistros que poderão não estar asseguradas na totalidade pelas provisões técnicas. Segundo Santos J. (2007), com a entrada em vigor do novo Plano Contas das Empresas Seguradoras pela Norma 04/2007-R, de 27 abril e a publicação da Norma 06/2007-R, foram introduzidas novas regras para o cálculo da margem de solvência e do fundo de garantia, aproximando-os das normas internacionais de contabilidade.

Margem de solvência disponível para o ramo «Não Vida»

Com a introdução da mais recente legislação, nomeadamente Decreto-Lei 251/2003, de 14 outubro, Decreto-Lei 145/2006, de 31 de julho e Decreto-Lei 28/2009, de 19 de junho, algumas definições associadas à atividade seguradora, nomeadamente as garantias financeiras como a margem de solvência, sofreram alterações profundas.

Deste modo, no que respeita aos ramos «Não Vida», o artigo 96º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, vem definir como possíveis elementos do património dos seguradores, o capital social realizado ou, nas mútuas de seguros, o fundo inicial ou capital de garantia efetivamente realizado, acrescido das contas dos associados que satisfaçam os critérios estabelecidos na alínea a) do nº 1 do artigo 96º, os prémios de emissão, as reservas de reavaliação e quaisquer outras reservas, legais ou livres, não representativas de qualquer compromisso e ainda o saldo de ganhos e perdas, deduzido de eventuais distribuições. Segundo o nº 2 do mesmo artigo, a margem de solvência para os ramos «Não Vida», poderá ainda ser constituída por ações preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível ou da margem de solvência exigida, consoante a que for menor, admitindo-se, até ao limite de 25% desta margem, empréstimos subordinados com prazo fixo ou ações preferenciais com duração determinada desde que reúnam as condições previstas na alínea a) do nº 2 do artigo 96º. Segundo o nº 3 do artigo 96º do presente Decreto-Lei, em caso de pedido devidamente fundamentado do segurador ao ISP, este pode autorizar que a margem de solvência disponível inclua metade da parte do capital social ou, nas mútuas de seguros, do fundo inicial ou capital de garantia, ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do capital social, ou do fundo inicial ou capital de garantia, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível ou da margem de solvência exigida, consoante a que for menor. Os reforços de quotizações que as mútuas de seguros e as empresas sob a forma mútua de quotizações variáveis podem exigir aos seus associados no decurso do exercício, até ao limite máximo de metade da diferença entre as quotizações máximas e as quotizações efetivamente exigidas, desde que esses reforços não representem mais de 50% da margem de solvência disponível ou da margem de solvência exigida, consoante a que for menor. São ainda definidas como partes integrantes da margem de solvência, as mais-valias, não incluídas na reserva de reavaliação, que não tenham carácter excecional e que resultem da avaliação de elementos do ativo. No nº 4 é permitido que para efeitos da determinação da margem de solvência disponível, sejam deduzidos aos elementos

referidos anteriormente os montantes referentes a ações próprias diretamente detidas pela empresa de seguros, imobilizado incorpóreo, menos-valias não incluídas na reserva de reavaliação, que não tenham carácter excecional e que resultem da avaliação de elementos do ativo, participações, conforme a alínea g) do artigo 172.º-A, detidas pela empresa de seguros, nomeadamente em empresas de seguros conforme as alíneas a) e b) do artigo 172.º, em empresas de resseguros previstas nas alíneas c) e d) do artigo 172.º, em sociedades gestoras de participações no setor dos seguros na aceção da alínea j) do artigo 172.º, em instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições financeiras na aceção, respetivamente, dos artigos 2.º, 5.º e 13.º, n.º 4, do RGICSF, em empresas de investimento na aceção do n.º 4 do artigo 199.º-A do referido RGICSF.

Ainda no que diz respeito a possíveis deduções, o n.º 5 determina ainda que o ISP pode ainda deduzir aos elementos referidos anteriormente os montantes referentes a subavaliações de elementos do passivo, decorrentes de uma aplicação inadequada da regulamentação em vigor. No que respeita as sucursais com sede fora do território da UE, a margem de solvência disponível relativa aos ramos «Não Vida» está regulada no n.ºs 6, 7, 8 e 9 do artigo 96º, e deve compreender entre outros, as reservas, legais e livres, incluindo as reservas de reavaliação, não representativas de qualquer compromisso, o saldo de ganhos e perdas, deduzido de eventuais transferências, os empréstimos subordinados, os títulos de duração

Margem de solvência exigida «Não Vida»

Existem, segundo o artigo 97º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho dois métodos possíveis para o cálculo da margem de solvência exigida para os ramos «Não-Vida». O primeiro método estava associado ao montante anual de prémios emitidos estando o segundo método relacionado com o valor médio anual de sinistros liquidados nos últimos três anos, devendo o valor da margem de solvência ser igual ao maior dos dois métodos.

Para o cálculo do método equivalente ao valor anual dos prémios, é necessário ter em conta que ao volume global dos prémios brutos emitidos no último exercício deduz-se o valor dos impostos e demais taxas que incidiram sobre tais prémios, devendo o montante obtido, ser divididos em duas parcelas, sendo que a primeira atingirá um máximo de € 5.000.000,00, e a segunda do restante valor. Para o apuramento da margem de solvência deve-se adicionar 18% à primeira parcela e 16% à segunda, e somar as duas parcelas. Ao valor apurado, deverá

multiplicar-se pela relação existente no ano imediatamente anterior entre o montante de sinistros processados a cargo da empresa após a cessão em resseguro e o montante bruto dos sinistros processados, não podendo, segundo a alínea c) do n.º 2 do artigo 97.º, essa relação ser inferior a 50%.

Para o cálculo obtido através do segundo método, associado ao valor dos sinistros das últimas três anuidades, deve-se adicionar ao valor pago em sinistros em seguro direto, o valor global dos sinistros pagos em resseguro aceite ou em retrocessão referentes aos três últimos exercícios. A este montante deve-se adicionar o valor global das provisões para sinistros de seguro direto e resseguro assumidos no exercício anterior, sendo possível a dedução do valor global dos reembolsos efetivamente recebidos nos três últimos exercícios assim como o valor global das provisões para sinistros em seguro direto e resseguro aceite, constituídas no início do segundo exercício anterior ao último exercício encerrado. Em seguida, divide-se um terço do montante anteriormente obtido em duas parcelas, sendo que a primeira deverá atingir um máximo de €3.500.000,00 e a segunda no valor excedente. Aos valores apurados deve-se adicionar 26% e 23% à primeira e segunda parcelas respetivamente devendo, por fim, à soma dos valores obtidos multiplicar-se pela relação entre o montante dos sinistros processados a cargo da empresa após a cessão em resseguro e o montante bruto dos sinistros processados, não podendo, tal como acontecia no método anterior, a percentagem apurada ser inferior a 50%. No n.º 4 do mesmo artigo, consta ainda que uma empresa de seguros que explore, primordialmente apenas um ou vários dos riscos de crédito, tempestade, granizo ou geada, deverá ter em conta um período de sete anos no cálculo do valor médio anual de sinistros.

Margem de solvência disponível para o ramo «Vida»

No que respeita ao património dos seguradores, que servirá de suporte à margem de solvência disponível para o ramo «Vida», o n.º 1 do artigo 98.º vem enumerar, o capital social realizado ou, nas mútuas de seguros, o fundo inicial ou capital de garantia efetivamente realizado, acrescido das contas dos associados que satisfaçam cumulativamente os critérios identificados na alínea a) do n.º1 do artigo 98.º, os prémios de emissão, as reservas de reavaliação e quaisquer outras reservas, legais ou livres, não representativas de qualquer compromisso e saldo de ganhos e perdas, deduzido de eventuais distribuições. Segundo o n.º 2 do mesmo artigo, pode ainda ser considerado como margem de solvência disponível, ações preferenciais e empréstimos assim como títulos de duração indeterminada. Segundo o n.º 3 do mesmo artigo, mediante pedido devidamente fundamentado do segurador ao ISP, poderá ser

tido em conta para a definição de margem de solvência, 50% dos lucros da empresa, mas nunca superior a 10% da margem de solvência exigida ou disponível (menor dos dois valores), as mais-valias não incluídas nas reservas de reavaliação, a diferença entre a provisão matemática zillmerizada³ e uma provisão matemática não zillmerizada ou parcialmente zillmerizada a uma taxa de zillmerização definida pelo ISP e ainda, 50% da parte do capital social ainda não realizado, desde que pelo menos 25% já haja sido realizado, até ao limite de 50% da margem de solvência exigida ou disponível. Segundo o n.º 4, para efeitos de determinação da margem de solvência, poderão ainda ser deduzidos os seguintes elementos, ações próprias diretamente detidas pela empresa de seguros, imobilizado incorpóreo, menos-valias, não incluídas na reserva de reavaliação, que não tenham carácter excecional e que resultem da avaliação de elementos do ativo e participações, indicadas na alínea g) do artigo 172.º-A, detidas pela empresa de seguros em empresas de seguros indicadas nas alíneas a) e b) do artigo 172.º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, em empresas de resseguros conforme as alíneas c) e d) do artigo 172.º do mesmo Decreto-Lei, em sociedades gestoras de participações no setor dos seguros na aceção da alínea j) do artigo 172.º, em instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições financeiras na aceção, respetivamente, dos artigos 2.º, 5.º e 13.º, n.º 4, do RGICSF e ainda em empresas de investimento na aceção do n.º 4 do artigo 199.º-A do referido RGICSF.

Margem de solvência exigida «Vida»

O cálculo da margem de solvência exigida do ramo «Vida», está regulamentado no artigo 99º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, estando associado essencialmente ao valor constituído pelas provisões matemáticas. Assim, para os seguros referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, nomeadamente, seguros de morte, renda e seguro de nupcialidade e seguro de natalidade, a margem de solvência exigida deverá corresponder à soma de dois resultados. O primeiro, que corresponde ao resultado da multiplicação de 4% das provisões matemáticas relativas ao seguro direto e ao resseguro aceite, sem que seja feita a dedução do resseguro

³ Provisão matemática ajustada ao valor líquida a um determinado momento inicial.

cedido, pela relação existente no último exercício, entre o montante das provisões matemáticas deduzidas das cessões em resseguro e o total das provisões matemática, não devendo essa ser inferior a 85%. O segundo resultado, associado aos contractos cujos capitais em risco não são negativos, corresponde ao valor resultante da multiplicação de 0,3% dos capitais em risco pela relação existente entre o montante dos capitais em risco que ficaram a cargo do segurador após a cessão em resseguro e o montante dos capitais em risco, sem dedução de resseguro, relativos ao último ano, não podendo essa relação ser inferior a 50%. No que respeita à percentagem a multiplicar pelos capitais em risco referida anteriormente, esta poderá ser alterada para 0,1% se se tratar de seguros temporários em caso de morte com duração máxima de três anos ou para 0,15% naqueles casos em que a duração seja superior a três anos mas inferior a cinco.

Para as operações de capitalização referidas no nº 4 do artigo 124º do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, nomeadamente, operações de poupança, o montante da margem de solvência exigida corresponderá à multiplicação de 4% do valor das provisões matemáticas, calculadas nas condições estabelecidas para o calculo do primeiro valor para os seguros de morte, renda ou seguro de nupcialidade e seguro de natalidade. Para os restantes seguros do ramo «Não Vida», o valor da margem de solvência deverá corresponder, tal como aos seguros referidos no nº 1, alínea a) e b) e nº 2 do artigo 124º, à soma de dois valores. O primeiro, resultante da multiplicação de 4% do valor das provisões matemáticas, quando o segurador assuma um risco de investimento e ao valor resultante de 1% sobre as provisões matemáticas, quando o segurador não assuma um risco de investimento e desde que a duração do contrato seja superior a cinco anos e o montante destinado a cobrir as despesas de gestão previstas no contrato seja fixado por um prazo superior a cinco anos. O segundo valor deverá corresponder à multiplicação de 0,3% dos capitais em risco, não havendo possibilidade de redução da percentagem em função da duração dos seguros.

“El margen de solvência incorpora un mayor grado de garantía y solidez al conjunto de medidas que establecen, a largo plazo, el equilibrio técnico-económico del negocio asegurador” (Lozano, 2001, pág. 160).

2.2.2. Fundo de garantia

O fundo de garantia é, tal como as provisões técnicas e a margem de solvência, uma garantia financeira a apresentar pelos seguradores. Segundo Lozano (2001), o fundo de garantia é um fundo, cujos elementos patrimoniais têm a mesma função da margem de solvência. Segundo Santos J. (2007), o fundo de garantia faz parte integrante da margem de solvência e deverá corresponder a um terço desta, não podendo em todo o caso ser inferior a certos limites.

No que respeita aos ramos «Vida», segundo o nº 2, do artigo 102º, do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho o fundo de garantia tem como limite mínimo € 3.000.000, € 2.250.000 ou € 1.500.000, consoante se trate, respetivamente, de uma empresa pública ou de uma sociedade anónima com sede em Portugal, de uma mútua de seguros ou de uma sucursal de empresa de seguros com sede fora do território da UE. No que respeita aos ramos «Não Vida», os limites estão relacionados com o tipo de seguros que os seguradores explorem. No caso se tratar dos seguros previstos no nº 10, 11, 12, 13, 14 e 15, isto é, seguros de responsabilidade civil relativos a aeronaves, embarcações e responsabilidade civil geral, seguros de crédito e seguros de caução, o fundo de garantia deverá ser de € 3.200.000 caso se trate de uma empresa pública, € 2.400.000 caso se trate de uma sociedade anónima com sede em Portugal e ainda de € 1.600.000, no caso de se tratar de uma mútua ou de uma sucursal com sede fora de UE. Para os seguradores que explorem os restantes ramos, o fundo de garantia deverá ser de € 2.200.000, no caso de empresas públicas, € 1.650.000 no caso de sociedades anónimas com sede em Portugal e de € 1.100.000 no caso de uma sociedade mútua ou de uma sucursal com sede fora de UE. Segundo Santos, J. (2007, pág. 585), estes montantes mínimos anteriormente definidos, “são revistos anualmente tendo por base a evolução do índice geral de todos os estados membros, publicado pelo EUROSTAT⁴, arredondado para um valor múltiplo de € 100.000, sempre que a taxa de variação verificada desde a última revisão seja igual ou superior a 5%, devendo o Instituto Seguros de Portugal proceder a uma divulgação”.

⁴ Gabinete Estatística da União Europeia

Elementos constitutivos do fundo de garantia

No que respeita aos elementos que devem fazer parte do fundo de garantia, segundo o artigo 103º do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, pode fazer parte do património dos seguradores que está apto para representar a margem de solvência, com as limitações anteriormente indicadas para cada ramo, nomeadamente o ramo «Vida» e «Não Vida», à exceção do nº 3 do artigo 96º, isto é, metade da parte do capital social ou, nas mútuas de seguros, do fundo inicial ou capital de garantia, ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do capital social ou do fundo inicial ou capital de garantia, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível ou da margem de solvência exigida, consoante a que for menor, os reforços de quotizações que as mútuas de seguros e as empresas sob a forma mútua de quotizações variáveis podem exigir aos seus associados no decurso do exercício, até ao limite máximo de metade da diferença entre as quotizações máximas e as quotizações efetivamente exigidas, desde que esses reforços não representem mais de 50% da margem de solvência disponível ou da margem de solvência exigida, consoante a que for menor e as mais-valias, não incluídas na reserva de reavaliação, que não tenham carácter excecional e que resultem da avaliação de elementos do ativo.

No que respeita às sucursais de empresas de seguros com sede fora do território da UE, relativamente à atividade de seguros «Não Vida» e «Vida», consideram-se, respetivamente, os elementos previstos no n.º 10 do artigo 96.º, para a margem de solvência, com exceção da alínea e), e no n.º 10 do artigo 98.º, com exceção da remissão para o n.º 3 do mesmo artigo, aplicando-se igualmente as deduções previstas no n.º 11 do artigo 96.º e no n.º 11 do artigo 98.º. Para o caucionamento do fundo de garantia, a realizar pelas empresas com sede fora do território da UE, é necessário ter em conta o artigo 104º, que obriga a que seja caucionado, no mínimo, metade das garantias exigidas para os seguradores com atividade e sede em Portugal, estando as cauções à ordem do ISP.

2.3. Supervisão da Atividade Seguradora

Segundo Santos, J. (2007), o mercado de seguros da UE assenta essencialmente em Diretivas Europeias que cada Estado membro está obrigado a obedecer, diretivas estas que devem ser transcritas para a legislação de cada Estado, para que estes possam partilhar os mesmos conceitos, princípios e procedimentos. Ainda segundo o mesmo autor, de acordo com

os princípios gerais, a supervisão do setor segurador assenta em dois vértices essenciais, como sejam o controlo do acesso a atividade seguradora e o acompanhamento da atividade dos seguradores, essencialmente no que respeita à constituição e suficiência das garantias financeiras.

No âmbito nacional, a entidade responsável pela supervisão da atividade seguradora é o Instituto de Seguros de Portugal, conforme consta no Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, o nº 1 artigo nº 6 “o exercício da atividade seguradora e resseguradora pelas empresas de seguros ou de resseguros (...) fica sujeito à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, nos termos legal e regulamentares fixados”.

2.3.1. Instituto de Seguros de Portugal

O ISP é conforme verificamos a autoridade nacional de supervisão da atividade seguradora, mas também a entidade responsável pela regulamentação desta. O ISP tem como missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e fundos de pensões em Portugal, de forma a contribuir para a garantia da proteção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários. O ISP rege-se por valores como sejam o interesse público, defesa dos interesses dos consumidores de seguros e dos fundos de pensões, atuação independente e responsável, integridade, consistência e transparência na ação e ainda, o funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável.

2.3.2. Supervisão – Garantias Financeiras

No que respeita às garantias financeiras a apresentar pelos seguradores, segundo o art.º 105 do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, compete ao ISP averiguar, em relação as empresas com sede em Portugal e para o conjunto das suas atividades, a existência de garantias financeiras exigíveis e dos meios que dispõe para fazerem faces aos compromissos assumidos. Segundo o nº 2 do mesmo artigo, devem os seguradores apresentar todos os anos ao ISP, os relatórios e contas anuais, o parecer do conselho fiscal e o documento de certificação legal de contas emitido pelo revisor oficial de contas, bem como as contas consolidadas e todos os demais elementos definidos por norma, de

modo que seja possível conhecer da sua situação e solvência global. Segundo o art.º 105-A do mesmo Decreto-Lei, devem os seguradores comunicar ao ISP, os elementos relativos à situação da margem de solvência e à representação das provisões técnicas. No que respeita a empresas com sede em estados membros, cabe ao ISP, caso verifique que existam empresas de seguros em situação de risco de solidez financeira, comunicar as autoridades competentes desses Estados membros, para que essas entidades verifiquem se os seguradores em questão cumprem as regras prudenciais aplicáveis. Por fim, no que respeita aos seguradores com sede fora da UE, compete ao ISP verificar a existência de garantias financeiras exigíveis e dos meios que dispõe para fazer face aos compromissos assumidos, devendo os seguradores apresentar todos os anos ao ISP as contas e o documento de certificação legal das mesmas emitido pelo revisor oficial de contas, bem como os demais elementos definidos por norma, de modo que seja possível conhecer-se da sua situação de solvência em Portugal bem como apresentar periodicamente a documentação necessária ao exercício da supervisão e os documentos estatísticos que lhe sejam solicitados.

2.3.3. Insuficiência Financeira

No que concerne à supervisão do cumprimento das garantias financeiras por parte do ISP, o art.º 108-A do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho vem obrigar a que, o ISP, quando verificar que alguma empresa de seguros se encontra numa situação de risco, isto é, se encontra prestes a entrar numa situação de insuficiência financeira, colocando assim em causa os direitos dos segurados e beneficiários dos contratos de seguros, interaja com esta com vista a realização de um plano de reequilíbrio da situação financeira que deverá ser apreciado e aprovado pelo ISP. O plano anterior, deverá conter informação relativamente aos três períodos seguintes, nomeadamente conter previsões relativamente, entre outros, ao balanço, meios financeiros necessários a representação das provisões técnicas, provisão para a margem de solvência e política geral de resseguro.

Segundo o art.º 109 do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, no caso dos seguradores se encontrarem numa situação financeira insuficiente, isto é, não apresente garantias financeiras suficientes, deverá o ISP aplicar uma ou mais providências de recuperação e saneamento como a retificação das provisões técnicas ou apresentação de plano de financiamento ou de recuperação, restrições ao exercício da atividade, designadamente à exploração de determinados ramos ou modalidades de seguros ou tipos de

operações, restrições à tomada de créditos e à aplicação de fundos em determinadas espécies de ativos, em especial no que respeite a operações realizadas com filiais, com entidade que seja empresa mãe da empresa ou com filiais desta, proibição ou limitação da distribuição de dividendos, sujeição de certas operações ou de certos atos à aprovação prévia do ISP, imposição da suspensão ou da destituição de titulares de órgãos sociais da empresa ou ainda e em ultimo caso, encerramento e selagem de estabelecimentos.

2.3.4. Insuficiência de garantias financeiras

Segundo o art.º 110 do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, os seguradores poderão entrar em situação de insuficiência de provisões técnicas quando estas não atinjam os valores exigidos, podendo ser insuficientes ou estar incorretamente constituídas. Caso o ISP consiga detetar tal insuficiência, deverá interagir com o segurador, de forma que a esta proceda a um plano de financiamento de curto prazo, nos moldes dos planos a elaborar nas situações de insuficiência financeira. Segundo o nº 3 do mesmo artigo, o ISP definirá, caso a caso, as condições específicas a que deve obedecer o plano de financiamento vem como acompanhar o seu percurso, podendo em alguns casos, determinar a prestação de garantias adequadas, a alienação de participações sociais e outros ativos e a redução ou aumento do capital.

No que respeita à insuficiência da margem de solvência e do fundo de garantia, o nº 111 e 112 do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, indicam que deverá o ISP interagir com o segurador de forma a que esta realize um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da margem de solvência, mesmo que a situação de insuficiência seja temporária.

Quando os seguradores, que entrem em incumprimento, seja de insuficiência financeira ou insuficiência de garantias financeiras, nomeadamente provisões técnicas, margem de solvência ou fundo de garantia, não cumpram os planos a que estão obrigados, poderá o ISP ordenar a suspensão da autorização para a celebração de novos contratos e ou a aplicação de qualquer outra das medidas previstas, bem como a revogação, total ou parcial, da autorização para o exercício da atividade seguradora, consoante a gravidade da situação financeira do segurador.

Capitulo III Estudo empírico – Margem de Solvência

3.1. Estudo empírico – Margem de Solvência Disponível vs. Margem de Solvência Exigida

Neste capítulo, propomo-nos analisar a evolução da margem de solvência de cinco dos principais seguradores com atividade em Portugal, procurando assim comprovar se estes cumprem os requisitos a que estão obrigados à luz do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho.

Numa primeira fase, realizemos uma abordagem para conhecimento de cada segurador, analisado para tal, alguns indicadores como sejam o número médio de trabalhadores, provisões técnicas constituídas, prémios de seguro emitidos, resultados líquidos ou quotas de mercado. Numa segunda fase, procuraremos calcular a margem de solvência disponível para cada segurador, de forma a que, recorrendo aos relatórios de contas disponibilizados online, poderemos realizar uma análise comparativa entre 2009 e 2011 entre margem de solvência disponível e a margem de solvência exigida para cada segurador. Por fim, pretendemos analisar e relacionar alguns dos indicadores abordados na primeira fase do trabalho, com a margem de cobertura, procurando desta forma obter algumas conclusões.

Para o estudo empírico, selecionamos cinco seguradores, nomeadamente a AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A., a Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A., Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., Liberty Seguros S.A e a Império Bonança Companhia de Seguros, S.A. , das quais todas exploram o ramo «Vida» e «Não Vida» à exceção da AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A. onde iremos ter em conta apenas informação financeira relativamente ao ramo «Não vida».

3.1.1. Análise da amostra

De seguida realizaremos uma abordagem a cada segurador:

AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.

A AXA tinha em 2011, cerca de 553 trabalhadores, e absorvia uma quota de mercado de cerca de 2,94%. Este segurador com atividade em Portugal processou em 2011 aproximadamente € 342.300.000 em prémios de seguro direto e suportou cerca de € 241.900.000 com sinistros líquidos de resseguro, obtendo durante esse mesmo exercício, um resultado líquido de € 2.430.000. No que respeita às garantias financeiras, verificamos que em

2011 estavam constituídas provisões técnicas num total de € 522.180.000, existindo no entanto, apenas € 488.600.000 de Investimentos realizados, pelo que, a AXA durante o exercício de 2011 estava em incumprimento com o estipulado no Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, já que as suas provisões técnicas não estavam totalmente representadas.

Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.

A Allianz, em 2011 conseguiu obter 4,25% da quota de mercado em Portugal. Neste período trabalharam na Allianz cerca de 547 trabalhadores e foram processados aproximadamente € 494.930.000 em prémios de seguro direto, que suportaram entre outros custos, € 308.310.000 de custos com sinistros líquidos de resseguro cedido e € 103.180.000 de custos de exploração líquidos. No que respeita às garantias financeiras, é possível verificar que estavam constituídas € 885.460.000 de provisões técnicas representadas por um total de € 936.010.000 de Investimentos, de acordo com o exigido pelo Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho. No que respeita ao resultado líquido do exercício, verificamos que a Allianz apurou no exercício de 2011 um resultado positivo de € 34.830.000.

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.

Relativamente à Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, verificamos que esta durante o exercício de 2011, com um total de 1.783 funcionários garantiu uma quota de mercado de 28,52%. Neste sentido foram registados € 3.317.370.000 em prémios de seguro direto, que contribuíram para suportar um total de € 4.958.880.000 de custos com sinistros. No que respeita a garantias financeiras, é possível verificar que em 2011 estavam constituídas provisões técnicas num total de € 9.799.160.000 representadas por um total de € 10.333.930.000 de Investimentos.

Liberty Seguros S.A.

No que respeita à Liberty Seguros, verificamos que é dos cinco seguradores o que obteve melhor resultado por funcionário, pois, com apenas cerca de 474 trabalhadores, apurou um resultado líquido do exercício, durante o exercício de 2011 de € 14.130.000. Durante o mesmo exercício a Liberty Seguros processou € 240.650.000 em prémios de seguro direto, que foram suficientes para suportar um total de € 156.000.000 de custos com sinistros, líquidos de resseguro cedido e € 73.000.000 de custos de exploração. No que respeita as garantias financeiras, verificamos que a Liberty se encontra dentro dos limites definidos pelo Decreto-Lei

94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, pois detinha Investimentos na ordem dos € 638.040.000 para um total de € 528.120.000 de provisões técnicas.

Império Bonança Companhia de Seguros S.A.

A Império Bonança, em 2011 tinha cerca de 1308 trabalhadores, e absorvia uma quota de mercado de 4,56%. Em 2011 a Império Bonança registou cerca de € 530.900.000 em prémios de seguro direto, e suportou € 421.140.000 com sinistros, líquidos de resseguro cedido, obtendo durante esse mesmo exercício, um resultado líquido de € 9.890.000. No que respeita às garantias financeiras, verificamos que em 2011 estavam constituídas como provisões técnicas um total de € 1.562.490.000, existindo para sua representação um total de € 1.689.430.000 de Investimentos, pelo que, a Império Bonança durante o exercício de 2011 estava em cumprimento com o estipulado no Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, pois as suas provisões técnicas estavam totalmente representadas.

Resumidamente:

Quadro 2 – Indicadores de Mercado – Ano 2011

Indicadores	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Número Médio de Trabalhadores	547	553	1783	1308	474
Milhões de Euros					
Provisões Técnicas Brutas	855,46 €	522,18 €	9.799,16 €	1.562,49 €	528,12 €
Investimentos Líquidos	936,01 €	488,60 €	10.333,93 €	1.689,43 €	638,04 €
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto - Atividade em Portugal	494,93 €	342,30 €	3.317,37 €	530,90 €	240,65 €
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto - Atividade no Estrangeiro	- €	- €	68,34 €	0,93 €	- €
Prémios Brutos Emitidos de Resseguro Aceite	0,79 €	3,27 €	5,06 €	1,14 €	- €
Prémios Resseguro Cedido	45,43 €	32,01 €	270,40 €	103,04 €	27,68 €
Rendimentos dos Investimentos	35,55 €	21,11 €	425,93 €	59,15 €	29,69 €
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	308,31 €	241,90 €	4.958,88 €	421,14 €	156,00 €
Custos de Exploração Líquidos	103,18 €	104,64 €	204,26 €	92,77 €	73,00 €
Resultado Líquido do Exercício	34,83 €	2,43 €	13,86 €	9,89 €	14,13 €
Quota de Mercado (Seguro Direto - Atividade em Portugal)	4,25%	2,94%	28,52%	4,56%	2,07%

3.1.2. Cálculo da Margem de Solvência Constituída

Para o cálculo da margem de solvência exigida, recorreremos a uma folha de cálculo disponibilizada pelo Instituto de Seguros de Portugal, a qual apresentaremos de seguida.

Quadro 3 – Cálculo da Margem de Solvência Disponível

SOLVÊNCIA ES - Margem de Solvência Disponível

CE:
Data:

Unidade monetária: Euros

A		
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo ações próprias	0,00
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	
b)	Acções Próprias	
(2)	Reservas	0,00
a)	Reservas de Reavaliação	0,00
a1)	por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	
a2)	por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	
a3)	por revalorização de outros activos tangíveis	
a4)	por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	
a5)	por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	
a6)	de diferenças de câmbio	
b)	Reservas por impostos diferidos	
c)	Outras Reservas	
(3)	Resultados transitados	
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	0,00
a)	Resultado líquido do exercício	
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido	
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros	
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	0,00
(6)	Acções preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	0,00
a)	Acções preferenciais com duração determinada	
b)	Acções preferenciais sem duração determinada	
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo	
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo	
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida	
(8)	Total (6) + (7)	0,00
Total A = (5) + (8)		0,00
B		
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	
(11)	Total (9) + (10)	0,00
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial	
Total B = (11) + (12)		0,00
C		
Deduções a Ajustamentos prudenciais		
(13)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	0,00
a)	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	0,00
a ₁)	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento	
a ₂)	Acções preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	0,00
b ₁)	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios	
b ₂)	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios	
b ₃)	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a ₁) e em a ₂)	
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível	
(15)	Activos intangíveis	
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"	
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente	
Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)		0,00
TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)		0,00
TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)		0,00

Assim, recorrendo aos relatórios de contas dos períodos 2011, 2010 e 2009, apresentaremos de seguida, o cálculo da margem de solvência disponível para cada segurador (utilizar links disponíveis na bibliografia eletrónica para obtenção dos dados):

AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.

Quadro 4 – Cálculo Margem de Solvência Disponível – AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.

		Ano		
		2011	2010	2009
A				
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo acções próprias	36.670.805,00 €	36.670.805,00 €	36.670.805,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	36.670.805,00 €	36.670.805,00 €	36.670.805,00 €
b)	Acções Próprias			
(2)	Reservas	22.525.304,00 €	36.887.006,00 €	37.001.410,99 €
a)	Reservas de Reavaliação	- €	- €	- €
b)	Reservas por impostos diferidos			
c)	Outras Reservas	22.525.304,00 €	36.887.006,00 €	37.001.410,99 €
(3)	Resultados transitados	30.341.562,00 €	29.833.176,00 €	27.961.909,31 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	2.426.400,00 €	677.847,00 €	2.287.105,14 €
a)	Resultado líquido do exercício	2.426.400,00 €	677.847,00 €	2.287.105,14 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros			
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	91.964.071,00 €	104.068.834,00 €	103.921.230,44 €
(6)	Acções preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	- €	- €	- €
a)	Acções preferenciais com duração determinada			
b)	Acções preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo			
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	- €	- €	- €
	Total A = (5) + (8)	91.964.071,00 €	104.068.834,00 €	103.921.230,44 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C	Deduções e Ajustamentos prudenciais			
(13)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
a)	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₁)	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₂)	Acções preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁)	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂)	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃)	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	- 2.321.127,00 €	- 4.237.849,00 €	- 4.238.327,56 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	- 2.321.127,00 €	- 4.237.849,00 €	- 4.238.327,56 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	94.285.198,00 €	108.306.683,00 €	108.159.558,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	94.285.198,00 €	108.306.683,00 €	108.159.558,00 €

Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.

Quadro 5 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.

A		Ano		
		2011	2010	2009
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo acções próprias	39.545.000,00 €	39.545.000,00 €	39.545.000,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	39.545.000,00 €	39.545.000,00 €	39.545.000,00 €
b)	Acções Próprias			
(2)	Reservas	23.808.000,00 €	45.842.000,00 €	70.916.000,00 €
a)	Reservas de Reavaliação	- €	- €	- €
b)	Reservas por impostos diferidos			
c)	Outras Reservas	23.808.000,00 €	45.842.000,00 €	70.916.000,00 €
(3)	Resultados transitados	84.497.000,00 €	84.427.000,00 €	77.048.000,00 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	3.508.000,00 €	4.445.000,00 €	9.894.000,00 €
a)	Resultado líquido do exercício	34.828.000,00 €	43.753.000,00 €	25.159.000,00 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros	31.320.000,00 €	39.308.000,00 €	15.265.000,00 €
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	151.358.000,00 €	174.259.000,00 €	197.403.000,00 €
(6)	Acções preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	- €	- €	- €
a)	Acções preferenciais com duração determinada			
b)	Acções preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo			
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	- €	- €	- €
	Total A = (5) + (8)	151.358.000,00 €	174.259.000,00 €	197.403.000,00 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C				
(13)	Deduções a Ajustamentos prudenciais			
a)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
a ₁	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₂	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₂	Acções preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	- 1.267.000,00 €	- 411.000,00 €	- 2.438.000,00 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	- 1.267.000,00 €	- 411.000,00 €	- 2.438.000,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	152.625.000,00 €	174.670.000,00 €	199.841.000,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	152.625.000,00 €	174.670.000,00 €	199.841.000,00 €

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.

Quadro 6 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.

		Ano		
		2011	2010	2009
A				
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo ações próprias	400.000.000,00 €	400.000.000,00 €	400.000.000,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	400.000.000,00 €	400.000.000,00 €	400.000.000,00 €
b)	Ações Próprias			
(2)	Reservas	101.135.978,00 €	184.458.212,00 €	378.631.940,00 €
a)	Reservas de Reavaliação	- 353.968.671,00 €	- 176.576.170,00 €	79.680.115,00 €
b)	Reservas por impostos diferidos	109.863.871,00 €	56.163.597,00 €	15.359.279,00 €
c)	Outras Reservas	345.240.778,00 €	304.870.785,00 €	314.311.104,00 €
(3)	Resultados transitados	111.351.142,00 €	125.416.901,00 €	149.902.867,00 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	13.859.187,00 €	30.852.436,00 €	25.498.454,00 €
a)	Resultado líquido do exercício	13.859.187,00 €	65.852.436,00 €	25.498.454,00 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros		35.000.000,00 €	
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	626.346.307,00 €	740.727.549,00 €	954.033.261,00 €
(6)	Ações preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	- €	85.000.000,00 €	85.000.000,00 €
a)	Ações preferenciais com duração determinada			
b)	Ações preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo	161.600.000,00 €	85.000.000,00 €	85.000.000,00 €
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	161.600.000,00 €	85.000.000,00 €	85.000.000,00 €
	Total A = (5) + (8)	787.946.307,00 €	825.727.549,00 €	1.039.033.261,00 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C	Deduções a Ajustamentos prudenciais			
(13)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
a)	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₁)	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₂)	Ações preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁)	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂)	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃)	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	14.748.843,00 €	7.874.754,00 €	21.213.800,00 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	14.748.843,00 €	7.874.754,00 €	21.213.800,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	773.197.464,00 €	817.852.795,00 €	1.017.819.461,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	773.197.464,00 €	817.852.795,00 €	1.017.819.461,00 €

Liberty Seguros, S.A.

Quadro 7 - Cálculo Margem de Solvência Disponível – Liberty Seguros, S.A.

		Ano		
		2011	2010	2009
A				
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo ações próprias	26.548.291,00 €	26.548.291,00 €	24.348.751,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	26.548.291,00 €	26.548.291,00 €	24.348.751,00 €
b)	Ações Próprias			
(2)	Reservas	24.966.974,00 €	33.094.248,00 €	23.466.696,00 €
a)	Reservas de Reavaliação	- €	- €	- €
b)	Reservas por impostos diferidos			
c)	Outras Reservas	24.966.974,00 €	33.094.248,00 €	23.466.696,00 €
(3)	Resultados transitados	51.308.167,00 €	42.869.591,00 €	34.669.393,00 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	1.413.103,00 €	9.376.196,00 €	9.111.331,00 €
a)	Resultado líquido do exercício	14.131.025,00 €	9.376.196,00 €	9.111.331,00 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros	12.717.922,00 €		
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	104.236.535,00 €	111.888.326,00 €	91.596.171,00 €
(6)	Ações preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	- €	- €	- €
a)	Ações preferenciais com duração determinada			
b)	Ações preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo			
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	- €	- €	- €
	Total A = (5) + (8)	104.236.535,00 €	111.888.326,00 €	91.596.171,00 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C	Deduções e Ajustamentos prudenciais			
(13)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
a)	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₁)	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₂)	Ações preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁)	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂)	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃)	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	2.073.561,00 €	729.142,00 €	839.577,00 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			1.287.675,00 €
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	2.073.561,00 €	729.142,00 €	- 448.098,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	102.162.974,00 €	111.159.184,00 €	92.044.269,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	102.162.974,00 €	111.159.184,00 €	92.044.269,00 €

Império Bonança Companhia de Seguros S.A.

Quadro 8 – Cálculo da Margem de Solvência Disponível – Império Bonança Companhia de Seguros, S.A.

		Ano		
		2011	2010	2009
A				
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo ações próprias	202.005.400,00 €	202.005.400,00 €	202.005.400,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	202.005.400,00 €	202.005.400,00 €	202.005.400,00 €
b)	Ações Próprias			
(2)	Reservas	- 24.247.977,00 €	- 12.378.664,00 €	- 10.560.716,00 €
a)	Reservas de Reavaliação	- 40.478.671,00 €	- 12.475.242,00 €	- 10.819.470,00 €
b)	Reservas por impostos diferidos	14.483.324,00 €	5.812.792,00 €	3.828.491,00 €
c)	Outras Reservas	1.747.370,00 €	- 5.716.214,00 €	- 3.569.737,00 €
(3)	Resultados transitados	15.825.016,00 €	18.732.129,00 €	25.096.164,00 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	9.889.585,00 €	10.331.567,00 €	- 6.364.035,00 €
a)	Resultado líquido do exercício	9.889.585,00 €	19.331.567,00 €	- 6.364.035,00 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros		9.000.000,00 €	
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	203.472.024,00 €	218.690.432,00 €	210.176.813,00 €
(6)	Ações preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	- €	60.579.529,00 €	67.986.236,00 €
a)	Ações preferenciais com duração determinada			
b)	Ações preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo		60.579.529,00 €	67.986.236,00 €
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	- €	60.579.529,00 €	67.986.236,00 €
	Total A = (5) + (8)	203.472.024,00 €	279.269.961,00 €	278.163.049,00 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C				
(13)	Deduções a Ajustamentos prudenciais			
a)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₁)	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₂)	Ações preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁)	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂)	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃)	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	4.440.499,00 €	2.565.071,00 €	2.408.407,00 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			- 9.263.038,00 €
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	4.440.499,00 €	2.565.071,00 €	11.671.445,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	199.031.525,00 €	276.704.890,00 €	266.491.604,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	199.031.525,00 €	276.704.890,00 €	266.491.604,00 €

3.1.3. Margem de Solvência exigida e Margem de Cobertura

A margem de solvência exigida, é conforme já verificamos, a margem de solvência mínima a que os seguradores estão obrigados a constituir. Foi nossa intenção inicialmente realizar o cálculo da margem de solvência exigida para cada segurador, no entanto, dada a impossibilidade de obtenção de alguns dados, que não se encontram disponíveis nos respetivos relatórios de contas, não nos foi possível realizar esse trabalho. Assim, para a análise da margem de cobertura, iremos considerar o valor da margem de solvência exigida apurada por cada segurador no seu relatório de contas.

No entanto, é possível verificar no anexo II as folhas disponibilizadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, para verificação do correto cálculo da margem de solvência exigida apresentada pelos seguradores.

Seguidamente, apresentaremos a margem de solvência exigida e a margem de cobertura, calculada para cada segurador:

AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.

Quadro 9 – Cálculo da Margem de Cobertura – AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A.

	Ano		
	2011	2010	2009
Margem de Solvência Disponível	94.285.198,00 €	108.306.683,00 €	108.159.558,00 €
Margem de Solvência Exigida	56.554.540,00 €	57.042.066,00 €	56.732.000,00 €
Excesso/Insuficiência	37.730.658,00 €	51.264.617,00 €	51.427.558,00 €
Margem de Cobertura	167%	190%	191%

Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.

Quadro 10 - Cálculo da Margem de Cobertura – Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A.

	Ano		
	2011	2010	2009
Margem de Solvência Disponível	152.625.000,00 €	174.670.000,00 €	199.841.000,00 €
Margem de Solvência Exigida	82.833.000,00 €	82.629.000,00 €	79.731.000,00 €
Excesso/Insuficiência	69.792.000,00 €	92.041.000,00 €	120.110.000,00 €
Margem de Cobertura	184%	211%	251%

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.

Quadro 11 - Cálculo da Margem de Cobertura – Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.

	Ano		
	2011	2010	2009
Margem de Solvência Disponível	773.197.464,00 €	817.852.795,00 €	1.017.819.461,00 €
Margem de Solvência Exigida	492.562.246,00 €	560.025.437,00 €	559.587.494,00 €
Excesso/Insuficiência	280.635.218,00 €	257.827.358,00 €	458.231.967,00 €
Margem de Cobertura	157%	146%	182%

Liberty Seguros, S.A.

Quadro 12 - Cálculo da Margem de Cobertura – Liberty Seguros, S.A.

	Ano		
	2011	2010	2009
Margem de Solvência Disponível	102.162.974,00 €	111.159.184,00 €	92.044.269,00 €
Margem de Solvência Exigida	46.839.914,00 €	41.769.916,00 €	39.489.727,00 €
Excesso/Insuficiência	55.323.060,00 €	69.389.268,00 €	52.554.542,00 €
Margem de Cobertura	218%	266%	233%

Império Bonança Companhia de Seguros S.A.

Quadro 13 - Cálculo da Margem de Cobertura – Império Bonança Companhia de Seguros, S.A.

	Ano		
	2011	2010	2009
Margem de Solvência Disponível	199.031.525,00 €	276.704.890,00 €	266.491.604,00 €
Margem de Solvência Exigida	117.597.028,00 €	121.159.057,00 €	135.972.472,00 €
Excesso/Insuficiência	81.434.497,00 €	155.545.833,00 €	130.519.132,00 €
Margem de Cobertura	169%	228%	196%

Conforme é possível verificarmos, existe uma tendência para a redução da margem de solvência disponível, assim como da margem de cobertura.

No que diz respeito à AXA Portugal Companhia de Seguros, S.A., verificamos que a margem de solvência disponível reduziu cerca de 12% de 2011 para 2010, ao mesmo tempo que durante o mesmo período a margem de solvência exigível se manteve igual, o que originou uma redução da margem de cobertura de vinte e três pontos percentuais. Esta situação ocorreu principalmente devido à diminuição das reservas de reavaliação dos títulos avaliados ao justo valor, tendo em conta a descida dos títulos do mercado financeiro.

Quanto à Allianz Portugal Companhia de Seguros, S.A., verificamos um comportamento bastante idêntico ao ocorrido na AXA, já que, entre 2010 e 2011 a margem de cobertura reduziu

cerca de 12% provocando uma descida da margem de cobertura de vinte e sete pontos percentuais. Para além da descida do valor dos títulos financeiros, durante o exercício de 2011 existiram outros fatores que contribuíram para esta descida, nomeadamente a distribuição de resultados, no valor de cerca de € 31.320.000. No entanto, apesar da forte descida da margem de cobertura, esta manteve-se bastante positiva, em 184%.

Na Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A., é possível verificarmos que apesar de a margem de solvência ter sido reduzida em 5%, a margem de cobertura aumentou cerca de onze pontos percentuais. Esta situação ocorreu pelo facto de ter existido uma redução significativa da margem de solvência exigida, de cerca de 12%. Assim, apesar da recuperação da margem de cobertura, podemos verificar que da amostra seleccionada a Fidelidade Mundial é o segurador com menor margem de cobertura.

No que respeita à Liberty Seguros, S.A., é possível verificarmos que a margem de solvência disponível reduziu cerca de 9%, tendo a margem de solvência exigida aumentado 12%, o que originou uma queda da margem de cobertura de quarenta e oito pontos percentuais. Esta situação ocorreu devido essencialmente a dois fatores, nomeadamente, à distribuição de dividendos e à queda dos valores dos títulos financeiros, que representam grande parte dos investimentos do segurador. Apesar da enorme queda da margem de cobertura, podemos verificar que a Liberty Seguros é o segurador da amostra seleccionada a que mantém ainda assim a maior margem de cobertura, situando-se esta nos 218% em 2011.

Por fim, no que respeita à Império Bonança, verificamos que da amostra seleccionada é o segurador onde a margem de solvência disponível teve a maior redução, em cerca de 27%, o que originou a maior redução da margem de cobertura entre os seguradores seleccionados de cinquenta e nove pontos percentuais. Conforme podemos verificar esta situação ocorre em muito devido à variação ocorrida nas reservas por impostos diferidos, no valor de aproximadamente € 8.670.532. No entanto, apesar de redução da margem de cobertura, esta ainda se encontra positiva, em cerca de 169%, mas, se se mantiver a queda continua verificada, em apenas três anos a Império Bonança poderá apresentar uma margem de cobertura negativa, o que poderá pôr em causa a segurança de todos os agentes económicos que se relacionam com o segurador.

3.1.4. Análise Global da Margem de Cobertura

Quadro 14 – Cálculo da Margem Solvência Disponível e Margem de Cobertura - Amostra

		Ano		
		2011	2010	2009
A				
(1)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento, excluindo ações próprias	704.769.496,00 €	704.769.496,00 €	702.569.956,00 €
a)	Capital Social Realizado / Fundo de Estabelecimento	704.769.496,00 €	704.769.496,00 €	702.569.956,00 €
b)	Ações Próprias			
(2)	Reservas	148.188.279,00 €	287.902.802,00 €	499.455.330,99 €
a)	Reservas de Reavaliação	- 394.447.342,00 €	- 189.051.412,00 €	68.860.645,00 €
b)	Reservas por impostos diferidos	124.347.195,00 €	61.976.389,00 €	- 11.530.788,00 €
c)	Outras Reservas	418.288.426,00 €	414.977.825,00 €	442.125.473,99 €
(3)	Resultados transitados	293.322.887,00 €	301.278.797,00 €	314.678.333,31 €
(4)	Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	31.096.275,00 €	55.683.046,00 €	40.426.855,14 €
a)	Resultado líquido do exercício	75.134.197,00 €	138.991.046,00 €	55.691.855,14 €
b)	Valor do custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros reconhecido no resultado líquido			
c)	Valor dos pagamentos de participação nos lucros	44.037.922,00 €	83.308.000,00 €	15.265.000,00 €
(5)	Total (1) + (2) + (3) + (4)	1.177.376.937,00 €	1.349.634.141,00 €	1.557.130.475,44 €
(6)	Ações preferenciais e empréstimos subordinados, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida	161.600.000,00 €	145.579.529,00 €	152.986.236,00 €
a)	Ações preferenciais com duração determinada			
b)	Ações preferenciais sem duração determinada			
c)	Empréstimos subordinados com prazo fixo			
d)	Empréstimos subordinados sem prazo fixo	161.600.000,00 €	145.579.529,00 €	152.986.236,00 €
(7)	Títulos de duração indeterminada e outros instrumentos, num máximo de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(8)	Total (6) + (7)	161.600.000,00 €	145.579.529,00 €	152.986.236,00 €
	Total A = (5) + (8)	1.338.976.937,00 €	1.495.213.670,00 €	1.710.116.711,44 €
B				
(9)	Metade da parte do Capital Social ainda não realizado, desde que a parte realizada atinja, pelo menos, 25% do valor do Capital Social até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(10)	Reforços de quotizações, até ao limite de 50% da margem de solvência disponível / exigida			
(11)	Total (9) + (10)	- €	- €	- €
(12)	Diferença devida à não zillmerização ou zillmerização parcial			
	Total B = (11) + (12)	- €	- €	- €
C				
(13)	Deduções e Ajustamentos prudenciais			
a)	Participações e outros instrumentos em entidades participadas	- €	- €	- €
a ₁	Dedução dos elementos previstos nas alíneas d) a f) do n.º 4 do artigo 96.º e d) a f) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
a ₂	Participações detidas em empresas de seguros, empresas de resseguros, sociedades gestoras de participações no sector dos seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições financeiras e empresas de investimento			
a ₃	Ações preferenciais, empréstimos subordinados, títulos de duração indeterminada e outros instrumentos detidos relativamente às entidades definidas na alínea d) do n.º 4 do artigo 96.º e alínea d) do n.º 4 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98			
b)	Dedução alternativa prevista no n.º 6 do artigo 96.º e no n.º 6 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98	- €	- €	- €
b ₁	Parte proporcional do requisito de margem de solvência/fundos próprios			
b ₂	Parte proporcional, em função da participação detida, da margem de solvência disponível/fundos próprios			
b ₃	Dupla utilização dos elementos constitutivos da margem de solvência/fundos próprios e criação intragrupo de capital (não eliminados em a1) e em a2))			
(14)	Elementos que não estejam livres de toda e qualquer obrigação previsível			
(15)	Activos intangíveis	17.674.776,00 €	6.520.118,00 €	17.785.456,44 €
(16)	Eliminação dos efeitos decorrentes do tratamento do "corredor"			
(17)	Ajustamentos de justo valor de terrenos e edifícios não reconhecidos contabilisticamente			- 7.975.363,00 €
	Total C = (13) + (14) + (15) + (16) - (17)	17.674.776,00 €	6.520.118,00 €	25.760.819,44 €
	TOTAL dos elementos constitutivos do Fundo de Garantia = (A - C)	1.321.302.161,00 €	1.488.693.552,00 €	1.684.355.892,00 €
	TOTAL dos elementos constitutivos da Margem de Solvência Disponível = (A + B - C)	1.321.302.161,00 €	1.488.693.552,00 €	1.684.355.892,00 €

		Ano		
		2011	2010	2009
	Margem de Solvência Disponível	1.321.302.161,00 €	1.488.693.552,00 €	1.684.355.892,00 €
	Margem de Solvência Exigida	796.386.728,00 €	862.625.476,00 €	871.512.693,00 €
	Excesso/insuficiência	524.915.433,00 €	626.068.076,00 €	812.843.199,00 €
	Margem de Cobertura	166%	173%	193%

Conforme podemos verificar, entre 2009 e 2010 a margem de solvência disponível acumulada da amostra selecionada reduziu cerca de € 195.662.340, ou seja, cerca de 11%, sendo que a margem de solvência exigida praticamente se manteve constante, tendo apenas variado 1%, o que originou uma queda da margem de cobertura de aproximadamente vinte pontos percentuais. Esta situação é justificada essencialmente por dois fatores, nomeadamente a queda do justo valor dos ativos financeiros, que devido à conjuntura financeira atual se encontram num valor muito inferior ao verificado em 2009 e à variação ocorrida nos ativos intangíveis. No que diz respeito ao comportamento da margem de cobertura entre o período de 2010 e 2011, verificamos que tal como aconteceu em 2009-2010 verifica-se uma queda da margem de cobertura, no entanto, bastante inferior à ocorrida no ano anterior, sendo agora de apenas 7%. No entanto, é possível verificar que a margem de solvência exigida durante o período de 2010 e 2011 diminui em € 66.238.748, ou seja, 7%, o que terá contribuído para a redução da queda da margem de cobertura. Um outro fator importante na recuperação da margem de cobertura da amostra selecionada está relacionado com a diminuição da distribuição de resultados que, durante o exercício de 2011 foi de apenas € 44.437.992, ou seja, cerca de metade da realizada em 2010.

3.1.5. Análise da Margem de Cobertura vs. Indicadores em 2011

Quadro 15 – Margem de Cobertura vs. Número Médio de Trabalhadores

Indicadores	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Número Médio de Trabalhadores	547	553	1783	1308	474
Margem de Cobertura	184%	167%	157%	169%	218%

No que respeita relação existente entre o numero médio de trabalhadores e a margem de cobertura, curiosamente, à exceção da Império Bonança, é possível concluir que existe um comportamento de ordem inversa, isto é, quanto menor o numero médio de trabalhadores, maior é a margem de cobertura.

Quadro 16 – Margem de Cobertura vs. Provisões Técnicas Brutas

Milhões de Euros					
Indicadores	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Provisões Técnicas Brutas	855,46 €	522,18 €	9.799,16 €	1.562,49 €	528,12 €
Margem de Cobertura	184%	167%	157%	169%	218%

No que diz respeito à relação entre a margem de cobertura e as provisões técnicas constituídas, podemos verificar que não existe uma relação-padrão entre as duas variáveis, apesar de, conforme podemos verificar, o segurador com menor margem de cobertura é aquele que tem um valor de provisões técnicas constituídas de valor superior.

Quadro 17 – Margem de Cobertura vs. Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto – Atividade em Portugal

Indicadores	Milhões de Euros				
	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto - Atividade em Portugal	494,93 €	342,30 €	3.317,37 €	530,90 €	240,65 €
Margem de Cobertura	184%	167%	157%	169%	218%

Quanto à relação prémios brutos emitidos de seguro direto e a margem de cobertura, verifica-se um comportamento semelhante ao verificado na análise realizada à relação da margem de cobertura com o número de trabalhadores, isto é, à exceção da Império Bonança, verificamos que quanto maior é o valor de prémios brutos emitidos, menor é a margem de cobertura existente.

Quadro 18 – Margem de Cobertura vs. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Indicadores	Milhões de Euros				
	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	308,31 €	241,90 €	4.958,88 €	421,14 €	156,00 €
Margem de Cobertura	184%	167%	157%	169%	218%

Da análise realizada à relação existente entre a margem de cobertura e os custos com sinistros líquidos de resseguro, verificamos essencialmente que o segurador que suportou maior custos com sinistros é aquele que obteve em 2011 menor margem de cobertura, sendo que ao inverso, o segurador que suportou menor custos com sinistros, é aquele que detém uma maior margem de cobertura sobre a margem de solvência exigida.

Quadro 19 – Margem de Cobertura vs. Quota de Mercado (Seguro Direto – Atividade em Portugal)

Indicadores	Milhões de Euros				
	Allianz Portugal, S.A.	Axa Portugal, S.A.	Fidelidade Mundial, S.A.	Império Bonança, S.A.	Liberty, S.A.
Quota de Mercado (Seguro Direto - Atividade em Portugal)	4,25%	2,94%	28,52%	4,56%	2,07%
Margem de Cobertura	184%	167%	157%	169%	218%

À semelhança do verificado na análise realizada à relação entre os custos com sinistros líquidos de resseguro e a margem de cobertura, é possível verificar que, apesar de não existir uma relação-padrão entre as duas variáveis, verifica-se que o segurador com menor margem de cobertura é aquele que tem maior quota de mercado, e o segurador com menor quota de mercado, é aquele que tem maior margem de cobertura.

Capitulo IV - Conclusão

A atividade seguradora, que tem séculos de existência, é nos dias de hoje, um dos setores fundamentais da economia, que em Portugal emprega aproximadamente 10.000 trabalhadores. Conforme verificamos ao longo da dissertação, a atividade seguradora tem diversas funções para além daquela a que lhe é atribuída intuitivamente – Mútuo do risco. É possível associar à atividade seguradora funções sociais, pois em alguns tipos de seguros, como por exemplo, o seguro de responsabilidade civil automóvel, o objeto seguro são os danos causados a terceiros. Existem também, associadas à atividade seguradora funções de poupança, pois essencialmente no ramo «Vida», através de produtos como o PPR, os indivíduos poderão realizar poupanças que lhe serão úteis em outras fases da vida. É ainda possível associar à atividade seguradora a função de intermediário/investidor financeiro, pois, devido ao ciclo operacional invertido que caracteriza a atividade, esta acumula em si grandes quantidades de capitais, que são aplicados e investidos em diversas áreas, tornando-se assim os seguradores, num dos mais importantes investidores financeiros.

No que concerne ao objeto de análise a que nos propusemos estudar, verificamos que as garantias financeiras têm um papel fundamental na atividade seguradora. Estas, permitem assegurar que, pelo menos a curto prazo, os seguradores poderão cumprir com os compromissos assumidos, o que, tendo em conta a situação financeira atual, onde diariamente milhões de empresas, pequenas, médias ou grandes, entram em situação de insolvência, funcionam como um fator de confiança para todos os agentes económicos envolvidos na atividade seguradora. Assim, as garantias financeiras, como sejam as provisões técnicas, a margem de solvência e o fundo de garantia, representadas ou caucionadas por um conjunto de ativos financeiros, são fundamentais para o normal funcionamento de toda a atividade.

No que respeita ao estudo empírico, acerca da margem de solvência, era nossa intenção inicialmente realizar uma análise comparativa entre a margem de solvência disponível e exigida calculada pelo segurador vs. a margem de solvência disponível e exigida calculada por nós à luz do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho. No entanto, não nos foi possível realizar essa análise, tendo em conta a impossibilidade de obtenção de alguns dados que não se encontram disponíveis nos relatórios de contas dos seguradores, sendo no entanto, um estudo que na nossa opinião seria bastante interessante de se realizar.

Assim, da análise possível, efetuada entre a margem de solvência disponível por nós calculada e a margem de solvência exigida, retirada dos relatórios de contas dos seguradores que, segundo o artigo 105º nº 2 do Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho têm que ser certificados por um revisor de contas e revistos pelo ISP, concluímos que, da amostra selecionada, todos os seguradores apresentavam em 2011, a margem de solvência disponível superior à margem de solvência exigida, estando assim em cumprimento com a legislação, sendo que, numa análise global, concluímos que a margem de cobertura da amostra selecionada, atinge os 166% durante o exercício de 2011, apesar de que, este indicador vem diminuindo ao longo dos últimos anos, tendo mesmo, de 2009 a 2011 diminuído vinte e sete pontos percentuais.

Entre outras, concluímos que, relacionando a margem de cobertura com alguns indicadores da atividade económica seguradora, existe uma relação inversa entre a margem de cobertura e os montante de prémios emitidos líquidos de resseguro e a quota de mercado, verificando-se o mesmo, na análise comparativa entre a margem de cobertura e o número de trabalhadores, isto é, à medida que aumenta a quota de mercado, o número de trabalhadores ou o montante de prémios emitidos, verifica-se uma diminuição da margem de cobertura.

Em suma, apesar de todos os seguradores estarem em cumprimento com o exigido pelo Decreto-Lei 94-B/98 de 17 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, com as alterações realizadas pelos Decreto-Lei 52/2010 de 26 de maio e Lei 46/2011 de 24 de junho, é possível concluir que existe uma diminuição da margem de cobertura desde os últimos anos, que poderá pôr em risco a solvência de alguns seguradores e que, curiosamente, quanto mais os seguradores estiverem envolvidos no mercado segurador, isto é, maior quota de mercado, montante de prémios emitidos ou maior numero de trabalhadores, maior será o risco já que, conforme anteriormente referidos, são estes os seguradores com menor margem de cobertura.

Referências bibliográficas

LIVROS E DISSERTAÇÕES

- Amorim, V.J.C. (2005). *Negócio Eletrónico na Mediação de Seguros – Estudo de Caso*. Tese de Mestrado em Gestão da Informação. Universidade de Aveiro. 203 pp.
- Barroso, M. (1998). *Garantias financeiras das empresas de seguros - As provisões técnicas*. Universidade Autónoma Editora. Lisboa.
- Bernardino, G. (2004). Políticas de investimento das empresas de seguros e dos fundos de pensões. *Revista semestral do Instituto de Seguros de Portugal*, nº 19. Pág. 11-16.
- Chiappori, P. (2000). *Risco e seguro*. Editora Piaget. Lisboa.
- Daniel, L. (2009). *ABC dos seguros – elementos práticos*. Vida Económica. Porto.
- Estrela, M. (2002). *110 anos a construir um futuro mais seguro*. Açoreana Editora. Ponta delgada.
- Fonseca e Silva, A. (1994). *Dicionário de seguros*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Lozano, A. (2001). *Manual de introducción al seguro*. Editorial MAPFRE, S.A..Madrid.
- Pedro, J.(2011). *As franquias nos seguros – Preços versus Comportamentos. A influência das franquias no cálculo do valor dos prémios e no comportamento dos segurados*. Vida Económica. Porto.
- Rocha, A. e Oliveira, F. (197-). *Princípios do seguro*. Figueirinhas. Porto.
- Santos, J. (2007). *Contabilidade de seguros*. 2ª Ed., Quid Juris. Lisboa.
- Silva, A. (1994). *Dicionário de seguros*. Dom Quixote. Lisboa.
- Silva, C. (2000). *Da economia e da gestão nas empresas de seguros*. Vida Económica. Porto.

LEGISLAÇÃO

- Decreto nº 17.555, de 5 de Novembro de 1929, *Boletim de seguros*, nº 2, 1930, publicado na 2ª série do *Diário do Governo*, Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 abril. *Diário da república* nº 90/98 – I Série-A. Ministério da Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei 251/2003, de 14 outubro. *Diário da república nº 238/03 – I Série-A*. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei 145/2006, de 31 de julho. *Diário da república nº 146/06 – I Série-A*. Ministério das Finanças. Lisboa.

Decreto-Lei nº 72/2008 de 16 de abril. *Diário da república nº 75/08 – I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei 2/2009, de 5 de janeiro, *Diário da república nº 2/09 – I Série*. Ministério das Finanças da Administração Pública. Lisboa.

Decreto-Lei 28/2009, de 28 de janeiro. *Diário da república nº 19/09 – I Série-A*. Ministério da Justiça. Lisboa.

Decreto-Lei 52/2010, de 26 de maio. *Diário da república nº 102/10 – I Série*. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa.

.Lei 46/2011 de 24 de junho. *Diário da república nº 120 – I Série*. Lisboa

NORMAS

Norma regulamentar 19/94-R de 6 de dezembro, *Provisões técnicas*, ISP.

Norma regulamentar 03/96 de 18 de janeiro, *Provisões técnicas*, ISP.

Norma regulamentar 04/98-R de 16 março, *Calculo de provisão para riscos em curso*, ISP.

Norma regulamentar 12/2000-R, de 13 de novembro, *Calculo de provisão para riscos em curso*, ISP.

Normas 07/2002-R, de 7 de maio, *Utilização e contabilização de produtos derivados pelas empresas de seguros*, ISP.

Norma regulamentar 24/2002-R, de 23 de dezembro, *Calculo de provisão para riscos em curso*, ISP.

Norma regulamentar 13/2003-R, de 17 de julho, *Regras relativas à representação das provisões técnicas das empresas de seguros e mecanismos de definição, implementação e controlo das políticas de investimento*, ISP.

Normas regulamentar 21/2003, de 26 de dezembro, *Reporte de informação para efeitos de supervisão – Empresa de seguros*, ISP.

Norma regulamentar 06/2007-R, de 27 abril, *Empresa de seguros – Margem de Solvência e Fundo de Garantia*, ISP.

Norma regulamentar 04/2007-R, de 27 abril, *Plano de contas para empresas de seguros*, ISP.

BIBLIOGRAFIA ELETRÓNICA

Allianz Companhia de Seguros, S.A.. (2011) *Relatório de contas*. Acedido em: 09, abril, 2013, em: <http://www.allianz.pt/drv06/v/index.jsp?vgnextoid=c539e0cee0653210VgnVCM1000005920a8c0RCRD&vgnnextchannel=832558f9cb014210VgnVCM1000005920a8c0RCRD>.

AXA Companhia de Seguros, S.A.(2011),*Relatório de contas*. Acedido em: 09, abril, 2013, em: <http://www.axa.pt/relatorio-e-contas-axa.aspx>.

Fidelidade Mundial, S.A. (2011), *Relatório de contas*. Acedido em: 09, abril, 2013, em: <http://www.fidelidademundial.pt/pt/sobre-nos/actividade/Pages/RelatorioeContas.aspx>.

Império Bonança Companhia de Seguros, S.A. *Relatório de contas*. Acedido em: 09, abril, 2013. em: <http://www.imperibonanca.pt/pt/sobre-nos/actividade/Pages/RelatorioContas.aspx>

Liberty Seguros, S.A.. (2011) *Relatório de contas*. Acedido em: 09, abril, 2013, em: <http://www.libertyseguros.pt/RelatorioContas.aspx?tabId=52>.

BIBLIOGRAFIA NÃO REFERENCIADA

Costa, C. e Alves, G. (2007). *Contabilidade financeira*. 6º Ed., Rei dos Livros. Lisboa.

Ferreira, D. (2011). *Instrumentos financeiros*. Rei dos Livros. Lisboa.

Fragoso, B. M. (2011). *O investimento imobiliário nas carteiras de activos dos fundos e das seguradoras em Portugal*. Tese de Mestrado em Gestão e Avaliação Imobiliária Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

Lamelot, G. e Leriche, J. (1994). *Assurance Vie*. 3º Ed. Delmas. Paris

Llorens, L. (1992). *Teoria del riesgo y sus aplicaciones a la empresa aseguradora*. Editorial MAPFRE, S.A..Madrid.

- Rodrigues, A. e Martins, E. (2010). Gerenciamento de informação contábil através das provisões técnicas constituídas pelas Sociedades Seguradoras. *Universo contábil*. Pág. 46-66.
- Santos, A. e Ribeiro, E. (2005). As melhores práticas internacionais na regulação e supervisão da Actividade Seguradora – os insurance core principles. *Revista semestral do Instituto de Seguros de Portugal*, nº 20. Pág. 7-28.
- Silva, C. (1999). A gestão nas empresas de seguros e a sua participação no financiamento da economia - *Portuguese Journal of Management Studies*. Vol. IV: 319-344
- Silva, C. (1993). *Introdução às técnicas e operações financeiras nos seguros*. ASA. Lisboa.
- Silva, C. (1993). *Breves ensaios sobre seguros*. Edições ASA. Lisboa.
- Silva, R. (2009). *Legislação de Direito de Seguros*. Coimbra Editora. Coimbra.
- Vasques, J. (2005). *Direito dos seguros*. Coimbra Editora

Anexo I – Estudo Instituto de Seguros de Portugal – Estatísticas de Seguros – Mercado 2011

Quadro 1- Número de empresas de seguros a operar em Portugal				
2011	«Vida»	«Não-Vida»	Mistas	Total
Em regime de estabelecimento	20	47	12	79
Empresas de seguros de direito português	14	23	7	44
Empresas de seguros	14	21	7	42
Empresas de resseguro	0	1	0	1
Mútuas	0	1	0	1
Sucursais de empresas de seguros estrangeiras	6	24	5	35
Sediadas na União Europeia	6	24	4	34
Sediadas noutros países	0	0	1	1
Em regime de livre prestação de serviços	35	450	22	507

Quadro 2 - Numero de empresas de seguros, distribuído pelos grupos de ramos Não Vida			
2011	Empresas de Seguros	Mútuas	Sucursais sediadas fora da U E
Acidentes e Doença	21	1	1
Acidentes de Trabalho	15	1	0
Doença	19	0	0
Incêndio e Outros Danos	18	1	0
Riscos Múltiplos Habitação	18	1	0
Riscos Múltiplos Comerciantes	15	0	0
Riscos Múltiplos Industrial	10	0	0
Automóvel	20	0	0
Marítimo e Transportes	13	1	0
Aéreo	7	0	0
Mercadorias Transportadas	13	0	0
R. Civil Geral	16	0	0
Diversos	24	0	0
Crédito	2	0	0
Caução	13	0	0
Assistência	18	0	0

Quadro 3- Empresas de seguros nacionais, autorizadas a operar no estrangeiro				
2011	Em regime de estabelecimento		Em regime de livre prestação de serviços	
	Numero	Prémios (Milhares de Euros)	Numero	Prémios (Milhares de Euros)
Alemanha	0		5	378,00 €
Áustria	0		1	s/i
Bélgica	0		5	735,00 €
Dinamarca	0		3	s/i
Espanha	3	21.043,00 €	9	660,00 €
Finlândia	0		0	
França	2	34.994,00 €	10	847,00 €
Grécia	0		0	
Holanda	0		5	1.470,00 €
Irlanda	0		1	s/i
Itália	0		2	s/i
Luxemburgo	1	931,00 €	6	27,00 €
Macau	1	12.118,00 €		
Noruega	0		1	s/i
Polónia	0		1	s/i
Reino Unido	0		5	56,00 €
Suécia	0		1	s/i
Total	7	69.086,00 €	55	4.173,00 €

Quadro 4- Empresas de seguros estrangeiras, autorizadas a operar em Portugal		
2011	Em regime de estabelecimento	Em regime de livre prestação de serviços
Alemanha	0	63
Áustria	0	10
Bélgica	1	16
Dinamarca	0	12
Eslovénia	0	1
Espanha	14	31
Estados Unidos da América	1	
Finlândia	0	2
França	7	55
Holanda	0	21
Hungria	0	2
Irlanda	3	76
Itália	1	16
Liechtenstein	0	4
Luxemburgo	0	16
Malta	0	12
Noruega	0	4
Reino Unido	9	147
Suécia	0	19
Suíça	0	
Total	36	507

Quadro 5 - Distribuição dos prémios de seguro direto por canais de distribuição					
	Mediadores		Venda Direta		
2011	Bancos	Outros	Balções	Telemóvel/Internet	Outros
Vida (Excluindo PPR)	58,20%	37,50%	4,10%	0,00%	0,30%
PPR	63,90%	30,70%	5,30%	0,00%	0,10%
Acidentes e Doença	13,20%	76,80%	8,90%	0,00%	1,20%
Acidentes de Trabalho	3,20%	87,50%	8,40%	0,00%	0,90%
Doença	23,50%	66,40%	9,60%	0,00%	0,50%
Incêndio e Outros Danos	13,30%	76,40%	9,00%	0,10%	1,20%
Riscos Múltiplos	14,10%	76,70%	8,40%	0,10%	0,70%
Automóvel	3,30%	83,80%	6,80%	5,50%	0,60%
Marítimo e Transportes	1,00%	75,90%	13,90%	0,00%	9,20%
Aéreo	0,00%	86,60%	12,30%	0,00%	1,00%
Mercadorias Transportadas	4,20%	87,00%	7,10%	0,00%	1,70%
R. Civil Geral	6,80%	81,60%	10,30%	0,00%	1,20%
Diversos	4,90%	70,60%	16,30%	7,20%	1,00%

Quadro 6 - Número de apólices e respetivos capitais ou rendas seguros, existentes no final do exercido				
	2011		2010	
	Nº Apólices	Capitais Seguros (Milhões de Euros)	Nº Apólices	Capitais Seguros (Milhões de Euros)
Vida não Ligados	3.897.196	186.551.004,00 €	3.897.196	186.551.004,00 €
Vida ligados	119.469	211.268,00 €	119.469	271.268,00 €
Contratos de Investimento	1.868.231	22.774.661,00 €	1.868.231	22.774.661,00 €
Não Vida				
Acidentes	1.585.765	151.678,00 €	1.766.076	170.003,00 €
Incêndio e Outros Danos				
Incêndio e Elementos da Natureza	291.074	25.665,00 €	308.672	28.914,00 €
Outros Danos em Coisas	3.972.528	631.805,00 €	3.528.433	631.031,00 €
Automóvel				
R. C. Veículos Terrestres	4.689.545	75.037.386,00 €	4.770.898	114.969.595,00 €
Veículos Terrestres	3.015.529	11.581.923,00 €	2.827.984	12.029.536,00 €
Mercadorias Transportadas	257.630	367.822,00 €	177.453	206,00 €
Pessoas Transportadas	3.790.995	80.944,00 €	3.041.674	65.958,00 €
Marítimo, Aéreo e Transportes	55.267	20.081,00 €	55.253	20.893,00 €
Mercadorias Transportadas	207.977	4.100,00 €	32.041	4.315,00 €
R. Civil Geral	700.417	83.739,00 €	567.526	84.224,00 €
Crédito e Caução	20.271	13.915,00 €	24.943	13.743,00 €
Assistência, Proteção Jurídica e Outros	2.012.702	27.172,00 €	646.461	23.110,00 €

Quadro 7 - Número de trabalhadores das empresas de seguros				
	2011	2010	2009	2008
Empresas de seguros	10.937	10.565	10.957	11.297
Empresas de seguros de direito português	9.731	9.851	10.159	10.432
Empresas de seguros	9.681	9.793	10.101	10.356
Empresas de resseguro	3	9	10	10
Mútuas	47	49	48	66
Sucursais de empresas de seguros estrangeiras	1.206	714	798	865
Sediadas na União Europeia	1.088	598	657	712
Sediadas noutros países	118	116	141	153

Quadro 8 - Número de mediadores Inscritos no final do exercício e respetivas remunerações		
	Nº Mediadores	Remunerações (milhares de euros)
Agentes	13 761	341.995
Pessoas Singulares	11.599	119.076
Pessoas Coletivas	2.162	222.920
Corretores de Seguros	93	98.440
Pessoas Singulares	1	39
Pessoas Coletivas	92	98.402
Mediadores de Seguros Ligados 1	11.520	289.993
Mediadores de Seguros Ligados 2	15	2.499
Mediadores de Resseguros	8	7.509
Total	25.397	740.436

Anexo II – Cálculo da Margem de Solvência «Não Vida» e «Vida»

SOLVÊNCIA ES - Margem de Solvência Exigida Ramos Não Vida

CE:
Data:

Unidade monetária: Euros

Para efeitos da determinação da margem de solvência e do fundo de garantia, os seguros e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços devem ser considerados como contratos de seguro, pelo que incluídos no âmbito do cálculo da margem de solvência.

A	
Seguros Não Vida (excluindo RC Aeronaves, RC Embarcações Marítimas, Lacustres e Fluviais, RC Geral e o Seguro de Doença praticado segundo a técnica do seguro de vida)	
(1) Prémios brutos emitidos / Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	0,00
a) Prémios brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	
b) Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	
c) Prémios recalculados de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(2) Impostos e Taxas	0,00
a) Taxa para o Organismo de Controlo	
b) Valor dos vistos dos cartões de Responsabilidade Civil Automóvel	
c) Outros impostos e taxas incidindo s/a actividade das Sucursais / Regime LPS	
d) Outros	
(3) Total (1) - (2)	0,00
(4) Soma dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos três / sete últimos exercícios	
(5) Soma dos custos com sinistros, parte dos resseguradores, dos três / sete últimos exercícios	
Seguros RC Aeronaves, RC Embarcações Marítimas, Lacustres e Fluviais e RC Geral	
(6) Prémios brutos emitidos / Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	0,00
a) Prémios brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	
b) Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	
c) Prémios recalculados de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(7) Impostos e Taxas	0,00
a) Taxa para o Organismo de Controlo	
b) Outros impostos e taxas incidindo s/a actividade das Sucursais / Regime LPS	
c) Outros	
(8) Total (6) - (7)	0,00
(9) Soma dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos três últimos exercícios	
(10) Soma dos custos com sinistros, parte dos resseguradores, dos três últimos exercícios	
(11) Resultado na óptica dos prémios (I)	0,00
Seguro Doença praticado segundo a técnica do seguro de vida	
(12) Prémios brutos emitidos / Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	0,00
a) Prémios brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	
b) Prémios adquiridos (seguro directo + resseguro aceite)	
c) Prémios recalculados de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(13) Impostos e Taxas	0,00
a) Taxa para o Organismo de Controlo	
b) Outros impostos e taxas incidindo s/a actividade das Sucursais / Regime LPS	
c) Outros	
(14) Total (12) - (13)	0,00
(15) Soma dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos três últimos exercícios	
(16) Soma dos custos com sinistros, parte dos resseguradores, dos três últimos exercícios	
(17) Resultado na óptica dos prémios (II)	0,00
(18) Resultado na óptica dos prémios (I + II)	0,00
B	
Seguros Não Vida (excluindo RC Aeronaves, RC Embarcações Marítimas, Lacustres e Fluviais, RC Geral e o seguro de Doença praticado segundo a técnica do seguro de vida)	
(19) Média dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos últimos três / sete exercícios	
Seguro RC Aeronaves, RC Embarcações Marítimas, Lacustres e Fluviais e RC Geral	
(20) Média dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos últimos três exercícios	0,00
(21) Resultado na óptica dos sinistros (III)	0,00
Seguro Doença praticado segundo a técnica do seguro de vida	
(22) Média dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos últimos três exercícios	0,00
(23) Resultado na óptica dos sinistros (IV)	0,00
(24) Resultado na óptica dos sinistros (III + IV)	0,00
C	
(25) Margem de solvência exigida para os ramos Não Vida - ano precedente	
(26) Provisão para sinistros, líquida de resseguro - no final do ano	
(27) Provisão para sinistros, líquida de resseguro - no final do ano precedente	
(28) Resultado (V)	0,00

CE:
Data:

Unidade monetária: Euros

Para efeitos da determinação da margem de solvência e do fundo de garantia, os seguros e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços devem ser considerados como contratos de seguro, pelo que incluídos no âmbito do cálculo da margem de solvência.

A	
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	
(1) Provisão matemática (seguro directo + resseguro aceite)	
(2) Provisão matemática de resseguro cedido	
(3) Provisão para compromissos de taxa (seguro directo)	
(4) Provisão de estabilização de carteira (seguro directo + resseguro aceite)	
(5) Provisão de estabilização de carteira de resseguro cedido	
(6) Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(7) Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(8) Resultado (I)	0,00
Todos os seguros salvo os temporários de prazo inferior a 5 anos	
(9) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	
(10) Capital em risco de resseguro cedido	
Temporários com prazo contratual entre 3 e 5 anos	
(11) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	
(12) Capital em risco de resseguro cedido	
Temporários com prazo contratual inferior ou igual a 3 anos	
(13) Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	
(14) Capital em risco de resseguro cedido	
(15) Resultado (II)	0,00
Resultado (I + II) = (8) + (15)	
	0,00
B	
Operações de capitalização não ligadas a fundos de investimento	
(16) Provisão matemática (seguro directo + resseguro aceite)	
(17) Provisão matemática de resseguro cedido	
(18) Provisão para compromissos de taxa (seguro directo)	
(19) Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(20) Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(21) Resultado (III)	0,00
C	
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	
Com risco de investimento	
(22) Provisão matemática (seguro directo + resseguro aceite)	
(23) Provisão matemática de resseguro cedido	
(24) Provisão para compromissos de taxa (seguro directo)	
(25) Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro (seguro directo + resseguro aceite)	
(26) Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro de resseguro cedido	
(27) Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(28) Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(29) Resultado	0,00
Sem risco de investimento	
Com montante destinado a cobrir as despesas de gestão fixado para um período superior a 5 anos	
(30) Provisão matemática (seguro directo + resseguro aceite)	
(31) Provisão matemática de resseguro cedido	
(32) Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(33) Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(34) Resultado	0,00
(35) Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro (seguro directo + resseguro aceite)	
(36) Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro de resseguro cedido	
(37) Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(38) Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(39) Resultado	0,00
(40) Resultado (34) + (39)	0,00

Com montante destinado a cobrir as despesas de gestão não fixado para um período superior a 5 anos		
(41)	Provisão matemática (seguro directo + resseguro aceite)	
(42)	Provisão matemática de resseguro cedido	
(43)	Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro (seguro directo + resseguro aceite)	
(44)	Provisão de seguros e operações em que o risco é suportado pelo tomador do seguro de resseguro cedido	
(45)	Provisões recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(46)	Provisões de resseguro cedido recalculadas de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(47)	Custos administrativos do último exercício (seguro directo + resseguro aceite)	
(48)	Resultado	0,00
(49)	Resultado (40) + (48)	0,00
(50)	Resultado (IV) = (29) + (49)	0,00
(51)	Capital em risco (seguro directo + resseguro aceite)	
(52)	Capital em risco de resseguro cedido	
(53)	Resultado (V)	0,00
	Resultado (IV + V) = (50) + (53)	0,00
D		
Seguros complementares (Incluindo Seguros complementares de Seguros ligados a fundos de investimento)		
(54)	Prémios brutos emitidos (seguro directo + resseguro aceite)	
(55)	Impostos e taxas	0,00
a)	Taxa para o Organismo de Controlo	
b)	Outros impostos e taxas incidindo s/a actividade das Sucursais / Regime LPS	
(56)	Total (54) - (55)	0,00
(57)	Soma dos Custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos três últimos exercícios	
(58)	Soma dos Custos com sinistros, parte dos resseguradores dos três últimos exercícios	
(59)	Resultado na óptica dos prémios	0,00
(60)	Média dos custos com sinistros brutos (seguro directo + resseguro aceite) dos últimos três exercícios	0,00
(61)	Resultado na óptica dos sinistros	0,00
	Resultado (VI)	0,00
E		
Actividade de Resseguro		
(62)	Prémios brutos emitidos / Prémios adquiridos	0,00
a)	Prémios brutos emitidos	
b)	Prémios adquiridos	
c)	Prémios recalculados de contratos de seguros classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços	
(63)	Impostos e Taxas	
(64)	Total (62) - (63)	0,00
(65)	Soma dos custos com sinistros brutos dos três últimos exercícios	
(66)	Soma dos custos com sinistros, parte dos resseguradores, dos três últimos exercícios	
(67)	Resultado na óptica dos prémios	0,00
(68)	Média dos custos com sinistros brutos dos últimos três exercícios	0,00
(69)	Resultado na óptica dos sinistros	0,00
	Resultado (VII)	0,00
F		
Fundos de Pensões		
Montante Fundos de Pensões geridos à data		
(70)	Total dos Fundos de pensões	
(71)	Com risco de investimento	
(72)	Resultado	0,00
(73)	Sem risco de investimento mas com duração do contrato de gestão e fixação das despesas de gestão por prazo superior a 5 anos	0,00
(74)	Resultado	0,00
	Resultado (VIII)	0,00